

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO

DAMARIS BERTUZZI

**O DESAFIO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM REGIÃO DE
COLONIZAÇÃO ITALIANA: Estudo no município de Carlos Barbosa -
RS**

SÃO LEOPOLDO

2018

DAMARIS BERTUZZI

**O DESAFIO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM REGIÃO DE
COLONIZAÇÃO ITALIANA: Estudo no município de Carlos Barbosa -
RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de pesquisa: Identidades e Sociabilidades

Professor Orientador: Dr. José Ivo Follmann

Professora Co-orientadora: Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro

São Leopoldo

2018

B552d Bertuzzi, Damaris
O desafio das relações étnico-raciais em região de colonização italiana : estudo no município de Carlos Barbosa - RS / por Damaris Bertuzzi. – 2018.
102 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2018.

Orientador: Dr. José Ivo Follmann.
Co-orientadora: Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro.

1. Relações étnico-raciais. 2. Processos de identidade.
3. Branquitude. 4. Branquidade. 5. Igualdade e reconhecimento.
I. Título.

CDU: 316.347

DEDICATÓRIA

Ao meu companheiro e amado Sérgio, pela
sua presença constante e seu incentivo.

Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José Ivo Follmann e à Professora Adevanir Aparecida Pinheiro, que orientaram este estudo com atenção, interesse, dedicação e diálogo proporcionando reflexões que me desafiaram a continuar caminhando.

Aos meus Pais, que mesmo à distância compreenderam minhas ausências e intensificaram suas orações por mim.

A minha filha Luísa, por todos os momentos em que deixei de estar presente.

Meus profundos agradecimentos a todos os sujeitos desta pesquisa que contribuíram com suas histórias de vida compartilhando momentos muito pessoais de sofrimento e de esperança.

Ao Amigo Diogo Guerra que ao longo dos anos tem sido um incentivador de minha trajetória profissional. Ao querido casal Odete (Ode) e Vanderlei (Ninha), por prepararem em sua casa um cantinho onde, por várias vezes, me refugiei para estudar e escrever.

Aos Professores do PPGCS que, com entusiasmo possibilitaram ricos momentos de aprendizado, debates e trocas de ideias.

A todos os colegas desta caminhada, que pela partilha de incertezas, tornaram esta passagem pelo Mestrado na Unisinos tempos de acolhida e reciprocidade.

Aos companheiros do NEABI pelo acolhimento e partilha de aprendizados.

À Maristela, uma pessoa atenciosa que com sua gentileza e bondade, muitas vezes, dispôs de seu tempo para me ouvir nas horas em que eu carecia de uma escuta afetuosa.

Ao meu companheiro espiritual que me acompanha sempre e ilumina meu caminho, o Espírito Santo.

“Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.”

(Amyr Klink)

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado tem por objeto a análise da historicidade das desigualdades nas relações étnico-raciais da sociedade brasileira, notadamente entre brancos e negros, tomando como dimensão empírica para o estudo o município de Carlos Barbosa – RS. A escolha do tema decorre da inserção da autora com atividades docentes e de pesquisa, da preocupação com os processos de discriminação pelos quais sofre o negro e pelo desafio de pensar em uma sociedade de maior igualdade. Na dimensão metodológica o estudo foi realizado mediante pesquisas bibliográficas e documentais na composição dos dois primeiros capítulos. E por meio de coleta de depoimentos de negros e brancos, no município em estudo, a partir de roteiro-base de entrevista, foram elaboradas as exposições e as análises que constituem o terceiro capítulo. As informações e representações dos sujeitos sociais foram catalogadas e, posteriormente, analisadas mediante a técnica da análise de discurso. A reflexão em torno das manifestações discursivas coletadas e dos dados levantados nas pesquisas históricas, demonstra a permanência do preconceito étnico-racial nas práticas cotidianas na comunidade estudada, apontando para os desafios que cidadãos e cidadãs precisam enfrentar para a construção de uma sociedade de igualdade, respeito às diferenças e reconhecimento do outro.

Palavras-chave: relações étnico-raciais; processos de identidade; branquitude e branquidade; igualdade e reconhecimento.

ABSTRACT

The purpose of this Master's Dissertation is to analyze the historicity of the inequalities in the ethnic-racial relations of Brazilian society, especially among whites and blacks, taking as an empirical dimension to the study the municipality of Carlos Barbosa - RS. The choice of theme stems from the author's insertion in teaching and research activities, concern with the processes of discrimination suffered by black people and the challenge of thinking about a more equal society. In the methodological dimension, the study was carried out through bibliographical and documentary researches in the composition of the first two chapters. Through the collection of testimonies of blacks and whites, in the city under study, based on the interview script, the expositions and analyzes that constitute the third chapter were elaborated. The information and representations of social subjects were cataloged and later analyzed through the technique of discourse analysis. The reflection on the collected discursive manifestations and the data collected in historical research shows the continuation of ethnic-racial prejudice in everyday practices in the community studied, pointing to the challenges that citizens have to face in order to build a society of equality, respect for differences and recognition of the other.

Keywords: ethnic-racial relations; identity processes; whitening and whiteness; equality and recognition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Navio de Transporte de Escravos, início do século XIX	21
Figura 2 Mercado de Escravos em Pernambuco, aquarela sobre papel de Zacharias Wagener, 1641.	26
Figura 3 - Mulheres escravas vendendo produtos agrícolas em uma estrada no Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX.	34
Figura 4 - Folheto que os Agentes de Propaganda utilizavam para promover a emigração na Itália.	43
Figura 5 - Colônia agrícola de italianos em meio à floresta. Núcleo que deu origem a cidade de Caxias do Sul.	45

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

FEE - Fundação de Economia e Estatística

NEABI/UNISINOS – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

UNIFTEC – Centro Universitário e Faculdades

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE UMA QUESTÃO SOCIAL	19
2.1	A formação do Brasil e a escravidão	19
2.2	A escravidão na lavoura açucareira	21
2.3	Ouro, diamantes e mão-de-obra escrava	24
2.4	A charqueada, a lavoura de café e o trabalhador escravo	28
2.5	Ferrovias, industrialização e urbanização: o trabalho escravo e o trabalho livre	32
3	ENCONTROS E DESENCONTROS DE BRANCOS E NEGROS	39
3.1	- A fazenda de café, a estância de gado e as migrações	39
3.2	- Quem eram os imigrantes europeus?	43
3.3	- Escravos e imigrantes: privações e violências	47
3.3.1	- Escravizados africanos: a negação da pessoa	47
3.3.2	- Imigrantes europeus: sonhos e privações	53
4	CARLOS BARBOSA: QUANDO O “EU” VÊ O OUTRO	59
4.1	História e Memória	59
4.2	Problematizando as relações raciais em Carlos Barbosa	61
4.3	As relações étnico-raciais no município de Carlos Barbosa à luz dos referenciais teóricos	69
4.4	Visibilizando invisibilidades	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A	93
	APÊNDICE B	94

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade étnico-racial é uma realidade presente no contexto histórico da sociedade brasileira. Isto se faz mais visível entre as diversas etnias e a população afrodescendente. Também a prática cotidiana do preconceito étnico-racial é um dos reflexos dessa maior heterogeneidade visível que se apresenta nos mais diversos ambientes sociais.

O Brasil é um país caracterizado pela miscigenação e que também define a nacionalidade dos seus habitantes, porém, apesar de suas origens e do discurso da mestiçagem, é alto o índice de desigualdade social e étnico-racial. De acordo com estatísticas demográficas do IBGE (2010), tem-se uma maior quantidade de pessoas que se declaram negras e pardas e que estão entre as maiores taxas de desemprego, de postos de trabalho com remuneração inferior, de vulnerabilidade e de menor proteção. Os dados indicam ainda que mais de 40% da população considerava-se branca, mas nós podemos perguntar: o que realmente significa ser branco? Observando apenas uma parte dos índices, é possível verificar a dificuldade que os indivíduos têm na construção da sua identidade.

Assim, o Brasil constitui-se negando as suas diferenças, afirmando-se sociedade branca. São as diferenças que permitem que “uns sejam diferentes de outros”. Através de um processo de alienação de consciência e identidade, deixou-se para os registros históricos a sua origem cultural por um processo de branqueamento da população. Aos povos indígenas e afrodescendentes coube a marginalização, seguindo um modelo colonial onde dominadores “civilizados” europeus dominaram os “incivilizados” periféricos.

Projetadas sob esse *pano de fundo*, as relações étnico-raciais apresentam-se sob diversas formas. E a partir delas, vive-se como se existissem dois mundos humanos, estanques e em caminhos opostos. Sendo, um desenvolvido para os brancos e um outro, à margem desse desenvolvimento para os negros, parecendo existir muros invisíveis que os separam.

É com base nessa problemática geral que este estudo procura compreender, a partir de pesquisas no município de Carlos Barbosa no Rio Grande do Sul, localidade composta predominantemente por descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, os processos de relações inter-étnicas, notadamente entre aqueles descendentes de imigrantes e os afrodescendentes.

Assim, o objetivo geral do estudo foi o de conhecer e identificar as representações e práticas de descendentes de imigrantes italianos em Carlos Barbosa com relação à convivência e à inserção dos negros na comunidade, considerando as peculiaridades deste local, bem como as representações de afrodescendentes residentes naquela cidade de como é viver “no mundo dos brancos”.

O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: 1. Verificar a presença dos negros e as formas de inserção na comunidade; 2. Compreender de que forma essa etnia é reconhecida em múltiplas dimensões da vida social pelos descendentes de imigrantes italianos; 3. Diferenciar e analisar as especificidades socioculturais típicas de uma comunidade local e de distinções étnico-raciais; 4. Compreender os novos processos identitários e os debates epistemológicos nas sociedades tradicionais e contemporâneas; 5. Contribuir para o debate em torno dos desafios da convivência cidadã numa perspectiva intercultural.

Entendo oportuno mencionar o meu interesse pelo tema das relações étnico-raciais e interculturais, que vem sendo construído, enquanto trajetória pessoal de participação em diferentes grupos religiosos, sociais e acadêmicos e com as experiências de aprendizado e reflexão.

Na Região da Serra Gaúcha, em Bento Gonçalves, é onde iniciam minhas raízes, meu aprendizado e meus laços familiares. Nascida em um lar evangélico, e praticante da atividade religiosa, trabalhei voluntariamente por cerca de quinze anos em comunidades e programas sociais da Igreja.

Nesse tempo, fui provocada a desafios pessoais que, desde criança, ficaram entranhados e que foram me questionando no decorrer da trajetória de

atuação pessoal e social. O trabalho que compõe esta pesquisa demonstra uma relação pessoal e consciente vivida nos anos de atuação religiosa por meio das ações sociais nas comunidades. Uma relação que aos poucos vai sendo materializada e solidificada através do convívio coletivo. E que ao mesmo tempo foi também aguçando minhas percepções e suscitando mudanças de forma mais ampla dentro desta realidade vivida e experienciada.

Um próximo momento é desenvolvido a partir do Ensino Médio e da Graduação onde o curso de Magistério e Licenciatura em História, propiciaram um novo aprendizado também baseado nos estudos de Paulo Freire e nos estudos históricos sobre o Brasil. Isso contribuiu para um novo aprendizado acerca das relações de aprendizagem, convívio social, retomada da identidade pessoal e da realidade brasileira. Esse período escolar foi importante para o fortalecimento do processo identitário que iniciara nas atividades sociais da igreja. Foi um momento que propiciou a ampliação de conhecimentos que contribuíram para a formação transformadora que significa e ressignifica as relações sociais.

Com a pós-graduação, surgiu um novo desafio e uma nova realidade profissional em relação aos contextos experimentados na vida cotidiana. Como professora de História Geral e atuante de movimentos sociais, fui convidada a lecionar uma disciplina nova para os cursos de graduação em uma instituição privada da Serra, UNIFTEC – Centro Universitário e Faculdades, na Unidade Bento Gonçalves. Posteriormente, com a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena é que os desafios e enfrentamentos vivenciados quando criança e início da adolescência foram retomados e afloraram novamente.

Então, como abordar, o tema das desigualdades étnico-raciais e dos preconceitos, em sala de aula, num ambiente universitário, sem reproduzir estereótipos? Como fazer entender que a proposta de uma disciplina é a construção das interfaces identitárias baseadas num processo de resgate sociocultural e do respeito à diversidade cultural, social e religiosa numa sociedade multi-étnica? Se a nova lei para o ensino das relações étnico-raciais tende a mudar a perspectiva social ao desconstruir ideologias racistas e

preconceituosas, como aplicá-las ao cotidiano escolar? Essas são algumas das inquietações que tenho vivenciado.

Um dos primeiros desafios particulares era a minha origem e a minha cor. Como uma brasileira, descendente de italianos e branca teria autoridade para abordar o assunto? Diante disso, a preparação tem sido intensa, indo desde estudos históricos até o contato e os debates com grupos de estudo da cultura africana e afro-brasileira e de diálogo inter-religioso. Durante o processo e construção deste estudo, conheci o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI/UNISINOS onde venho realizando experiências de aprendizagem e convivência significativas para minha vida pessoal e acadêmica.

A comunidade em que exercia as práticas sociais e religiosas era de cultura italiana e de forte vínculo com o catolicismo. Sendo assim, outras religiões eram discriminadas, sendo vistas e tratadas com intolerância por muitas pessoas. A disciplina, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, selecionada para mim, retomava essa questão num contexto de cursos tecnológicos e bacharelados, nos quais historicamente no ensino superior brasileiro, abordar questões históricas, raciais e culturais estavam fora do interesse desses futuros profissionais.

A oportunidade de desenvolver esses conteúdos com um plano de ensino na área de humanas e voltado para os desafios da convivência social, reascendeu o desejo de aprofundar os estudos dessa complexa realidade construída durante anos e enfrentada pela maioria dos indivíduos nos mais diversos ambientes, refletindo a realidade social, a falta de percepção da riqueza aprendida por meio da educação das relações étnico-raciais e as tramas vividas pelos sujeitos inseridos nesses contextos.

Hoje, é possível perceber que a compreensão dessa realidade relacionada às questões do processo de formação da educação das relações étnico-raciais no cotidiano, aos poucos se tornam cada vez mais evidentes e esclarecidas a partir de um entendimento mais complexo da temática da relação de como os brancos se relacionam com os negros e necessitam de maior

conhecimento diante do seu próprio processo de reconhecimento de sua identidade enquanto sujeito branco.

Nessa trajetória pude compreender a importância do estudo sobre as relações étnico-raciais no engajamento à luta pelo reconhecimento do negro em meio ao cotidiano dominante do branco. Entendo que é um processo lento e de muita reflexão e atitude, mas que é possível.

Percebe-se que estamos vivendo importantes avanços no modo de produzir conhecimento sobre as relações étnico-raciais. Sua importância e complexidade demanda um esforço para compartilhar os saberes aprendidos a partir de contribuições empíricas e teóricas relacionadas à convivência cotidiana inter-étnica especificamente entre descendentes de italianos (brancos) e afrodescendentes (negros).

Assim este estudo justifica-se, também, por: 1. A partir de pesquisa bibliográfica, explicitar estudos importantes já realizados sobre as relações étnico-raciais no Brasil; 2. Sabe-se que a constituição étnica do município de Carlos Barbosa é de procedência europeia, sendo respectivamente descendentes de: italianos, alemães, suíços, franceses, indígenas e afrodescendentes, daí a importância de analisar historicamente a formação das comunidades da Serra Gaúcha; 3. Buscar perceber as inter-relações entre afrodescendentes no município de Carlos Barbosa onde a menor presença de afrodescendentes e o esforço para o seu reconhecimento entre os demais habitantes suscita reflexões sobre a convivência solidária e processos de discriminação.

A abordagem a partir de um ponto de vista teórico indica que: 1. No Brasil, a soma das visões eurocêntricas e racistas resultaram no dilema do branqueamento. Nesse sentido, tais visões podem ser analisadas à luz de teóricos como Ruth Frankenberg (2004), Adevanir Aparecida Pinheiro (2014), Florestan Fernandes (2007), Roger Bastide e Florestan Fernandes (1971), Alberto Guerreiro Ramos (1950). 2. A compreensão da identidade nas relações inter-étnicas, estudadas por Stuart Hall (1997) e Manuel Castells (2000), bem como, o conceito de processos de identidade de José Ivo Follmann (2001, 2012).

3. Estudiosos do tema da escravidão e das transformações no Rio Grande do Sul tais como Luiz Felipe de Alencastro (2000), Fernando Henrique Cardoso (1997) e Karl Monsma (2011) e também de história econômica como Celso Furtado (2003). 4. Estudos sobre migrações principalmente em Chiara Vangelista(1991; 1997). Também o tema do reconhecimento desenvolvido por Axel Honneth (2009). Os estudos de Kabengele Munanga (1996; 1998) sobre racismo na sociedade brasileira foram importantes bases de reflexão.

Apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos e de análise.

Procura-se identificar e analisar as práticas dos descendentes de imigrantes italianos em Carlos Barbosa em relação a sua convivência e à inserção dos afrodescendentes na comunidade, considerando as peculiaridades de um contexto local, por meio de entrevistas semiestruturadas, observações em locais de convivência social com moradores de etnia italiana e afrodescendentes do município, com o propósito de registrar e compreender a convivência social entre essas etnias (Apêndice A).

Assim, a pesquisa foi realizada conforme o delineamento abaixo:

Pesquisa de campo, considerando que a sua utilização facilita a compreensão do problema proposto. Com a opção de realizar o estudo numa abordagem empírica mediante a pesquisa qualitativa com indivíduos (brancos e negros), entendendo que dessa maneira o assunto seria melhor compreendido.

Para a sistematização e análise dos dados foram transcritas e catalogadas as entrevistas e procedida a análise de discurso e de conteúdo conforme a metodologia proposta por Laurence Bardin (1977).

A dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo tomando por base pesquisas históricas e bibliográficas apresenta-se a trajetória das relações étnico-raciais no Brasil, tomando como base a mão-de-obra escrava que esteve no centro da formação do Brasil desde o início da Colônia no século XVI. O capítulo aborda, assim, a historicidade da dominação dos brancos sobre o povo negro, demonstrando-se que nos sucessivos ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil, desde o

início da Colônia, no século XVI, até o período do Brasil Imperial, no século XIX, a mão-de-obra do povo negro escravizado constituiu a base da riqueza dos colonizadores portugueses brancos.

O segundo capítulo trata das transformações no Brasil Meridional desde o trabalhador escravo ao processo de imigração, analisando o projeto de colonização do Império Brasileiro no século XIX, as permanências da tradição, cultura, religiosidade, trabalho e comunidade. Neste sentido o capítulo está centrado nas transformações ocorridas na segunda metade do século XIX e apresenta o processo de imigração europeia por meio da vinda de imigrantes principalmente da Itália, como política de branqueamento por parte do Governo Imperial Brasileiro e das elites agrárias tanto da pecuária no Brasil Meridional quanto da lavoura cafeeira no Sudeste.

Sob o título de “Carlos Barbosa: Quando o “eu” vê o outro”, busca-se reconstruir no terceiro capítulo a problematização das relações raciais na localidade, apresentando e analisando os dados coletados sobre as visibilidades e invisibilidades dos negros, bem como das formas discursivas de acolhimento ou discriminação, procurando pensar quais processos identitários estão em curso na cidade, quais lugares e quais pertencimentos de uns e de outros. São descritas e analisadas as representações discursivas de brancos e negros de Carlos Barbosa, refletindo a partir dos conceitos de *identidade*, *branquitude* e *branquidade*, a permanência de processos de discriminação por parte de descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, sobre os sujeitos negros, descendentes de escravizados e as dificuldades pelas quais passam estes últimos em viver e trabalhar em uma comunidade predominantemente branca.

2 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE UMA QUESTÃO SOCIAL

2.1 A formação do Brasil e a escravidão

A história das relações inter-étnicas no Brasil tem sido a de desencontros e composta por muitas histórias mal contadas: “*um Brasil europeu*”, “*democracia racial nos trópicos*”, “*um Brasil cordial*”. História feita por muitos e contada por poucos. Muitos povos fizeram e continuam a fazer história, mas os poucos que a contam ignoram, silenciam ou invisibilizam muitos em seus dilemas humanos.

Florestan Fernandes em seu estudo sobre o povo negro nos apresenta importante âncora para reflexão:

Expurgaram a equidade de seu horizonte cultural, e, com isso, não tinham perspectiva para aquilatar o drama humano do negro ou outros dramas (igualmente pungentes e dignos da “ação histórica”). Desse ângulo, verifica-se não só que o negro deixou de contar no processo histórico, como se fosse banido da vida social comum. Descobre-se algo pior: a democracia, que fornece ao mesmo tempo o suporte jurídico político da ordem social competitiva e sua única fonte de controle moral, deixou de inspirar exatamente àqueles que “faziam a história”. (FERNANDES, 2007, p. 128-129).

São histórias que começaram há muito tempo como aponta Luiz Felipe de Alencastro:

"As 34.948 viagens transatlânticas contidas no banco de dados nos permitem inferir o número total de viagens de transporte de escravos da África. A página Estimativas calcula que 12 milhões e meio de cativos (12.520.000) partiram da África para as Américas. Dividindo este total pelo número médio de pessoas embarcadas por viagem, de 304 pessoas, temos 41.190 viagens. Da mesma forma, as páginas das Estimativas indicam que 10,7 milhões de

africanos escravizados foram desembarcados, principalmente nas Américas."

(<http://www.slavevoyages.org/voyage/>, acesso 02 dez.2017). (ALENCASTRO, 2000).

O mesmo estudo informa que do montante acima cerca de 4,8 milhões foram trazidos para o território que mais tarde se denominou Brasil, no período documentado de 1514 a 1866.

Outro estudo aponta que entre 1851 e 1930, com o Brasil já formado, vieram em sucessivos processos migratórios um total de 4.337.702 de europeus, principalmente alemães e italianos em grande maioria camponeses e operários, como trabalhadores livres. (VANGELISTA, 1997, p. 163).

Mencionamos aqui esses dados reconhecidos pela historiografia, para destacar que desde longa data, negros e brancos, negros escravizados ou homens livres, imigrantes ou nacionais, viveram e vivem em desencontro.

Desde os primeiros anos da ocupação do território, iniciando-se com a etapa conhecida como Brasil Colônia, e com a implantação das Capitanias Hereditárias - sistema vigente de 1534 até 1759 - como formas administrativas entendidas adequadas por parte da Metrópole que se apropriara das terras do Novo Mundo como se fora um espaço vazio, tendo no mesmo período a instalação de um processo de centralização, na capitania mais próspera (a de São Vicente) que passa a ser sede do Governo Geral, cujo chefe era nomeado entre membros da nobreza de Portugal, que o Brasil ingressa no mercado mundial de uma etapa chamada de Mercantilismo. (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

Desde então a economia foi estabelecida por ciclos. O primeiro deles conhecido como ciclo do Pau Brasil, que consistiu uma forma de economia extrativista com a apropriação dessa importante matéria-prima que era levada para a Europa, cuja demanda por madeira havia se acentuado no chamado século dos descobrimentos (século XVI), e que, inicialmente contou com a mão-de-obra indígena, mediante um processo de captura dos povos originários como trabalhadores cativos. Não sem resistência, como indicam estudos.

Lemos em *Brasil: uma biografia*, que:

"(...), desde o princípio, grupos indígenas tentaram resistir ao domínio português, tanto pela fuga como pelo recurso às armas, método esse que fornecia o pretexto para que os europeus os escravizassem: a chamada 'guerra justa'. De toda maneira, como eles 'estavam em casa', oportunidades para fugas individuais nunca faltaram, e era de fato difícil controlar as evasões de nativos. Apesar de mais raras, existiram também rebeliões de gentios da terra, quando foram anotadas fugas em massa e o assassinato de senhores. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 54).

Importante destacar que o trabalho escravo, dos índios, não fora imediatamente substituído pelo trabalho escravo dos africanos, pois, "Os paulistas, por exemplo, comportaram-se até o século XVIII como aprisionadores de índios, que ou vendiam ou utilizavam como mão-de-obra escrava nas fazendas agrícolas." (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 65).

2.2 A escravidão na lavoura açucareira

Na metade dos anos 1500, inicia-se o ciclo do açúcar a partir da instalação dos primeiros engenhos na capitania de Pernambuco. É nesse ciclo que a escravização do negro, capturado na África e trazido para a Colônia, passa a fazer parte de um cenário em que a riqueza de alguns e a miséria e os horrores vividos por outros vão marcar o Brasil.

Nesse ciclo a valorização dos capitais não estava somente na matéria-prima utilizada - a cana-de-açúcar - mas também na mão-de-obra obtida por meio da intensificação de guerras tribais no Continente Africano, que criaram um mercado de escravos proveniente do "tráfico dos viventes" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 65).

E nesse tráfico tem-se descendentes de portugueses, nascidos no Brasil, que realizam um comércio paralelo com mercadores holandeses que controlam no século XVIII os portos africanos de saídas de escravos, mediante o

fornecimento de produtos que não competem com a cana-de-açúcar sob o monopólio da Metrópole, fornecendo aguardente, fumo e couro utilizados como moeda de troca nesse comércio.

A forma como eram transportados os africanos escravizados era cruel como se depreende pela citação a seguir:

Lançamos âncora e subimos a bordo do navio negreiro acompanhado pelos oficiais. Chegando, descobrimos que o navio estava carregado de escravos. Seu nome era 'Veloz' e estava se dirigindo à Bahia; seu comandante era o capitão José Barbosa. O navio havia recolhido, na costa da África, 336 homens e 226 mulheres, totalizando 562 escravos, e haviam navegado durante dezessete dias, durante os quais cinquenta e cinco escravos morreram e foram jogados no mar. Todos os escravos estavam colocados sob a cobertura do navio. O teto era tão baixo e o lugar tão estreito que estavam sentados lado a lado, formando fileiras tão apertadas que era completamente impossível para eles se deitarem ou mudar sua posição, noite ou dia. (VANGELISTA, 1997, p. 14).¹

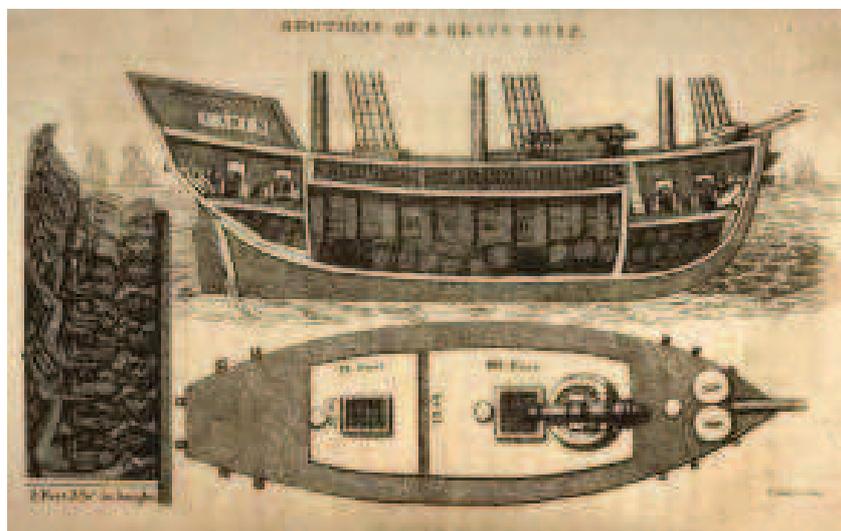


Figura 4 - Navio de Transporte de Escravos, início do século XIX - Imagem reproduzida em VANGELISTA, 1997, p.13.

¹ R. Walsh, Notícias do Brasil 1828-1829, Belo Horizonte, 1985, citado em VANGELISTA, 1997, p. 14. Trecho traduzido por Damaris Bertuzzi.

O ciclo da cana-de-açúcar se estende até o século XVIII e vai servir ao fortalecimento da presença portuguesa na Colônia, impedindo inclusive a permanência de outras Metrôpoles a quem interessava a posse do território e do comércio de açúcar, como foi o caso da presença holandesa no início do século XVII, no atual território onde se localizam Recife e Olinda.

Luiz Felipe de Alencastro afirma que:

"(...) a introdução de africanos, acoplada ao embargo ao cativo indígena, permite que a metrópole portuguesa comande - durante certo tempo - as operações situadas a montante e a jusante do processo americano: os colonos devem recorrer à Metrópole para exportar suas mercadorias, mas também para importar seus fatores de produção, isto é, os africanos." (ALENCASTRO, 2000, p. 28)².

Lendo *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, publicado em 1933, constatamos que, embora o autor descreva os hábitos do senhor de engenho, de sua família, da condição social dos que circulam também pela senzala, as mucamas, as sinhás, enfim, apresente as relações estabelecidas entre esses dois ambientes, não dá a devida importância analítica à maioria dos escravos que eram os escravos chamados do eito, que trabalhavam nos canaviais, o que nos leva a concordar com Fernando Henrique Cardoso em estudo sobre a obra de Gilberto Freyre, quando afirma que:

É indiscutível, contudo, que a visão do mundo patriarcal de nosso autor (Gilberto Freyre) assume a perspectiva do branco e do senhor. Por mais que ele valorize a cultura negra e mesmo o comportamento do negro como uma das bases da "brasilidade" e que proclame a mestiçagem como algo positivo, no conjunto fica a sensação de uma certa nostalgia do "tempo de nossos avós e bisavós". Maus tempos, sem dúvida, para a maioria dos brasileiros. (CARDOSO, 2013, p. 82 -83).

² *A montante*: a parte que antecede um processo qualquer; *a jusante*: a parte posterior a um processo.

A lavoura canavieira do Brasil Colônia entra em crise quando, a partir da segunda metade do século XVII, as colonizações holandesa e francesa nas Antilhas passam a abastecer o mercado europeu com açúcar mais barato.

2.3 Ouro, diamantes e mão-de-obra escrava

Na medida em que a crise do açúcar se acentua na extensa colônia sul americana, a nobreza de Portugal, observando o que ocorria com a Coroa Espanhola que extraía metais preciosos em suas colônias no Novo Mundo, passa a defender a ideia de que a manutenção de sua Colônia, o Brasil, só se justificaria se continuasse dando lucros. O que leva a Coroa Portuguesa a realizar um processo de ocupação de novas terras mediante a exploração de minas de ouro e diamantes.

Celso Furtado, ao estudar a economia do século da mineração, afirma que “se os portugueses não haviam descoberto o ouro em suas entradas pelos sertões, era por falta de conhecimentos técnicos. A ajuda que então receberam da metrópole foi decisiva.” (2007, p. 117, 118).

Afirma o mesmo autor que:

O estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII. De Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão de obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. *O facies* da colônia iria modificar-se fundamentalmente. (FURTADO, 2007, p. 118).

Importante destacar por se tratar do objetivo principal das análises desenvolvidas neste capítulo, que é a importância da mão-de-obra escrava na economia da colônia em seus diferentes ciclos, que a presença do africano

escravizado constitui a principal força de trabalho também no chamado Ciclo do Ouro.³

Estudos apontam, inclusive, que:

(...) muitas das técnicas introduzidas no Brasil foram trazidas por escravos africanos. Por homens e mulheres que, na terra natal, haviam aprendido algum ofício relacionado à extração ou beneficiamento de metais. Especialmente aos negros Mina, associava-se o poder de descobrir ouro. Estes escravos eram até mais valorizados no mercado de compra de cativos, alcançando preços maiores. (PAIVA, 2002, p.187)

No entanto, apesar de seus conhecimentos técnicos nas minas de ouro e diamante no Brasil, não eram reconhecidos como profissionais e trabalhadores livres e mesmo que, muitas vezes ensinassem os senhores da mineração, desconhece-se de que tenham sido valorizados e transformados em trabalhadores livres.

A escravidão nas minas, assim como no engenho, utilizava o escravo como peça de uma “máquina infernal” e mesmo que desempenhassem um conjunto de atividades além da mineração, tais como agricultura de subsistência, pecuária, serviços especializados como de sapateiro, alfaiate, barbeiro, ferreiro, e outras atividades necessárias na vila ou em seus arredores, permaneciam escravos. (ALMEIDA, 2012).

O processo de exploração de ouro e diamantes na atual Minas Gerais, embora realizado quase que totalmente por escravos, produz rapidamente deslocamentos, também, de população não escrava para aquela região, o que vai fortalecer um setor econômico que estava estagnado desde longa data que era a criação de gado no sul da colônia e que tinha no couro seu produto de

³ Segundo Celso Furtado (2007, p. 119), nota 69, “a população de origem europeia seria de 30 mil em 1600 e dificilmente alcançaria 100 mil em 1700”. Dados de outras fontes, tais como: Alencastro (2000) indicam que até o século XIX, antes dos novos processos migratórios (século XIX), a população de escravos africanos era seis vezes superior à dos colonizadores portugueses.

exportação, que passa agora a produzir o charque (carne seca) para alimentar a população das áreas de mineração⁴.

Tem-se num curto espaço de tempo a valorização do gado do Sul que faz com que também um mercado interno de escravos, ao lado do mercado externo já existente, leve os estancieiros a suprirem a mão-de-obra das charqueadas com a mão-de-obra escrava na mesma medida em que se tem a decadência da economia açucareira.

Podemos afirmar, seguindo a argumentação de Celso Furtado que embora a economia pecuária que fora dependente da economia açucareira, portanto, preexistindo à época da mineração, vá experimentar um forte impulso de desenvolvimento, seja pela grande importância de animais de carga para o transporte de mercadorias para a área de mineração, seja para o gado, passa a ter grande importância para aquela economia como fornecimento da carne e do couro.

O conjunto das transformações internas não significou alterações importantes quanto à condição do escravo. O que se tinha agora eram novas funções, eram novos tipos de trabalho, eram diferenciadas formas de dominação que não alteravam o lugar da mão-de-obra escrava. Não mais somente no engenho de açúcar, mas agora em uma lavra de ouro ou diamante, na condução de tropas de mulas ou com as mãos e os pés lastimados na charqueada.

A riqueza do novo ciclo continuou como a do açúcar, sendo apropriada pela minoria de sempre, a nobreza portuguesa e seus representantes na colônia, com migalhas para um contingente de homens livres que vinha se formando, constituído por pequenos comerciantes, ferreiros, artesãos do couro, administradores, burocratas e militares do baixo escalão que viam o ouro ser carregado para a Metrópole.

Para os africanos escravizados nem mesmo as migalhas, mas o sofrimento, o desprezo, o açoite e o tronco. Se não podemos e não devemos por respeito à história e às lutas do povo negro, desconhecer suas revoltas, sua organização em quilombos, a manutenção de sua cultura e de seus

⁴ Voltaremos a esse tema no capítulo 3.

conhecimentos trazidos da África, não podemos esquecer que permaneceram também nesse período sendo vistos e utilizados apenas como objeto, como mão-de-obra, como se fossem uma ferramenta ou utensílio que se pode descartar, e sobre os quais os senhores se auto atribuíam poder de vida e de morte.



Figura 5 - Mercado de Escravos em Pernambuco, aquarela sobre papel de Zacharias Wagener, 1641. Reproduzido em SCHWARCZ, STARLING (2015, p. 143, n. 18).

Mas há uma história política ao lado de uma história econômica. Está relacionada com as disputas entre as metrópoles pelo controle do Novo Mundo. Em que Portugal e Espanha passam, nos séculos XVIII e XIX, a perder a primazia pelo controle dos mares, no qual a Inglaterra em um novo ciclo de dominação passa a *dar as cartas*.

Se o comércio de africanos escravizados foi funcionalmente importante para os próprios interesses ingleses, no século XIX não mais interessa um tipo de economia e uma forma de controle político ancorado na mão-de-obra servil. Agora, as forças políticas e do mercado exigem novos trabalhadores, novos consumidores e uma nova forma de atender aos interesses do país independente chamado Brasil (ao longo do século XIX um Império escravista em

declínio) pela mão-de-obra europeia que, ao mesmo tempo servia aos interesses do branqueamento nos trópicos.

O processo migratório para o Brasil desde países que passavam por crises econômicas e políticas (como por exemplo a Itália principalmente na segunda metade daquele século) com as guerras garibaldinas e o processo de unificação, (que ocorria também no que se constituiu o Império Prussiano), atendia a nova classe hegemônica do Brasil formada pelos cafeicultores, e um novo ciclo se inaugurava.

Defendiam o branqueamento e a europeização do Brasil, fortalecendo uma ideologia racista que prosperou nos trópicos, descartando o africano negro como peça sem utilidade na nova engrenagem, para a qual os privilégios foram auto outorgados pelos brancos⁵.

2.4 A charqueada, a lavoura de café e o trabalhador escravo

Mencionamos anteriormente que o desenvolvimento da mineração no século XVIII, vai proporcionar o fortalecimento de uma economia pecuária principalmente na região chamada de Brasil Meridional, formada pelos atuais estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No caso do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, tem-se o desenvolvimento de um sistema de produção que tem como base a estância e a charqueada. Na obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso, publicada em 1962, encontramos importante análise de como o escravo se insere nesse sistema de produção.

Argumenta o autor que “houve áreas do Brasil Meridional cuja produção em determinados momentos históricos, articulou-se como uma *economia subsidiária*” (CARDOSO, 1997, p. 45), que como indicado anteriormente,

⁵ Assunto que será aprofundado no Capítulo 3.

fornecia gado em pé – o chamado tropeirismo (FELIX, 1987) - e em seguida o charque (carne salgada e seca) para a área de mineração através de entrepostos em São Paulo.

Há uma questão importante relacionada a uma *mitologia* em torno da figura do gaúcho. Presente em um discurso do senso comum, que o apresentava como homem livre que circulava pela atual área do Rio Grande Sul, primeiramente no aprisionamento do gado no início do século com a formação das estâncias, e que constituía ao lado do estancieiro a principal força de trabalho. Nada mais distante da realidade, porque os estudos indicam que foram os escravos negros a principal força de trabalho desde a formação do Rio Grande (CARDOSO, 1997, p. 48), até o início da República.

Importante lembrar, que “a integração da região sulina ao domínio português deveu-se, concomitantemente, a razões políticas e militares, que obedeceram a estratégia da expansão colonial portuguesa” (CARDOSO, 1997, p. 47). E, de outra parte, por motivos econômicos, mediante o comércio de mulas e cavalos, para suprimento de área mineradora da colônia.

Aspecto importante para compreensão do “lugar”, da mão-de-obra escrava, relaciona-se com as formas de povoamento e de ocupação da terra: a formação de núcleos militares em vilas fortificadas e a estância de criação de animais estabelecida com base no sistema de Sesmarias, isto é, mediante a concessão de extensas áreas de terras por parte da Coroa Portuguesa para militares, também portugueses, que haviam prestado serviços na manutenção da fronteira sul – um processo instável ao longo do século XVIII – nas disputas entre Portugal e Espanha. Loiva Otero Felix (1987, p. 24) aponta que:

Ao nível político essa ocupação está assinalada pelas lutas de fronteira com os castelhanos. Havia interesse do governo português em consolidar seu domínio sobre a Colônia do Sacramento, à margem esquerda do Rio da Prata. Portanto, era uma ocupação marcadamente de caráter econômico-militar, ligada à concessão de sesmarias para o estabelecimento de estâncias de gado e de fundação de fortes militares que pudessem garantir a manutenção e/ou dilatação da fronteira.

No final do século XVIII e início do século XIX, a economia sulina, que desenvolve também a lavoura do trigo, vai absorver grande contingente de mão-de-obra escrava no binômio econômico formado pela estância e pelo charque. Chegando-se, este binômio, conforme Cardoso (1997, p. 61), no ano de 1808 “a condição de empresa de coleta e pilhagem que havia destruído vastas reservas animais para manter o ritmo de exportação do charque e da exportação de couro”.

Tendo, nas atividades pastoris e agrárias, a forte presença da mão-de-obra escrava inicialmente dos povos nativos, mediante o roubo de crianças indígenas, que eram levadas a trabalhar como escravos, e, posteriormente pela mão de obra africana.

No conjunto, diz Cardoso (1997, p. 69) “pode-se, pois, afirmar que sem ter sido exclusiva ou predominante e variando de importância relativa conforme as diversas áreas e períodos da economia de criação, houve a utilização do escravo negro na vida pastoril gaúcha desde quando a estância substituiu os currais”.

Podemos dizer que o Rio Grande do Sul teve uma incorporação tardia ao território brasileiro e às custas de luta de fronteira.

Pesquisas apontam que nos anos 70 (do século XIX), a economia pastoril era dominante e nesse período iniciou-se o cercamento dos campos e a introdução de novas raças de gado no Rio Grande do Sul. Os latifundiários estavam mais preocupados com o desenvolvimento da pecuária do que em discutir revalidação, medição ou legitimação de terras, questões que afetavam particularmente, as zonas novas de ocupação territorial. (KLIEMANN, 1986, p. 34)⁶.

Nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil experimenta importantes transformações políticas e econômicas com a vinda da Família Real Portuguesa em fuga das Guerras Napoleônicas, transformando a então Colônia em Reino e

⁶ “Entre 1872 e 1890 a população gaúcha dobrou de 446.962 para 897.455 habitantes”. Período em que o problema da terra torna-se mais complexo. Estudo de Gutfreind, citado em Kliemann, 1986, p. 34.

mais tarde em Império, que vai se manter até a Proclamação da República em 1889.

Essas primeiras décadas são acompanhadas pelo acentuado declínio da economia açucareira e pelo fim da extração do ouro correspondendo, no entanto, ao surgimento do café no Sudeste do Império, como importante produto tropical de exportação durante várias décadas trazendo alterações significativas na vida econômica, política e social (VANGELISTA, 1991).

A exemplo dos ciclos econômicos anteriores permanece a questão da mão-de-obra necessária para a economia do café.

Sabe-se que a partir dos anos 30 do século XIX sucessivas restrições como exemplo, as leis de proibição do tráfico negreiro impostas pela Inglaterra, as lutas pela abolição da escravidão e transformações internas tais como, cercamentos de propriedades, desenvolvimento da ferrovia e processos migratórios mantêm o tema da mão-de-obra na ordem do dia.

Qual seria a mão-de-obra mais adequada desde o ponto de vista da oligarquia cafeeira? Manter o sistema escravista quando o mesmo se encontrava em crise? Investir na mão de obra imigrante do trabalhador livre? Essas foram questões centrais do debate que ocupa a segunda metade do século XIX.

Uma fração da oligarquia cafeeira vai utilizar a chamada *mão-de-obra nacional* formada por trabalhadores livres, os chamados caboclos, caipiras e lavradores; além dos escravos, que no discurso dos fazendeiros do café não estariam atendendo aos objetivos esperados.

Isso porque, na visão daquelas elites, como informa Chiara Vangelista “A impossibilidade de empregar essa mão-de-obra reside nas suas escassas disposições para o trabalho, em uma atávica indolência, na falta de lealdade ao patrão” (1991, p.45). Significa dizer que para as elites, os trabalhadores livres do café seriam preguiçosos, indolentes e desleais. Passa-se a defender fortemente a *importação* de mão-de-obra europeia. Tendo-se assim, o incremento dos processos migratórios que vão se estender até as primeiras décadas da República.

No que se refere à lavoura de café no Sudeste, principal eixo da economia do Império Brasileiro, a priorização da mão-de-obra escrava ou da mão-de-obra livre torna-se mais complexo. O tema da mão-de-obra vai estar ligado de forma cada vez mais intensa ao longo de todo o século XIX seja com os debates em torno da manutenção dos africanos escravizados ou da abolição, seja em torno das políticas por parte do governo imperial ou de fazendeiros quanto ao estímulo à vinda de imigrantes europeus.

Chiara Vangelista em *Os Braços da Lavoura*, informa que:

(...) o negro constituía, no Império, a base do edifício social e da economia nacional. Era indispensável fator a percepção dos impostos e a exportação. Fornecia cinco sextos da produção cafeeira, dois terços da açucareira. Intervinha em todas as operações industriais, na pecuária e na mineração, embora limitado ao país. Emancipação no Brasil, era, antes de mais nada, substituição, sob pena de grave perturbação financeira, econômica e social. (A.E. Taunay, *apud* Vangelista, 1991, p. 42).

2.5 Ferrovia, industrialização e urbanização: o trabalho escravo e o trabalho livre

A contar da metade do século XIX, o Brasil passa por importantes transformações nas esferas econômicas, políticas e sociais. Em termos econômicos experimenta-se uma aceleração de relações capitalistas envolvendo a consolidação da propriedade privada a partir da Lei de Terras de 1850 (que define o contrato de compra e venda como a forma por excelência da propriedade da terra), a instalação das ferrovias com capitais estrangeiros e mão-de-obra “nacional”, o aumento da fronteira agrícola da lavoura do café no Sudeste e o processo de urbanização.

Na esfera política e de legislação há leis abolicionistas, a Guerra do Paraguai, a profissionalização do exército, o surgimento de um partido republicano e o enfraquecimento do Império.

Em termos sociais e do mundo do trabalho, o aumento da presença de trabalhadores livres, incluindo descendentes de escravos libertos, pelas leis: Eusébio de Queirós de 1850 (que por pressão da Inglaterra pôs fim ao tráfico negreiro para o Brasil), Lei do Ventre Livre de 1861 (que tornava livres as crianças filhas de escravo nascidas a partir dessa data), Lei do Sexagenário de 1885 (que tornava livres escravos com mais de sessenta anos de idade) e a Lei Áurea de 1888 (que, formalmente, libertava todos os escravizados, porém na realidade não).⁷

Maria Lúcia Lamounier sintetiza esse período no tocante às questões da mão-de-obra, para a ferrovia e para a lavoura cafeeira:

O início das obras de construção das ferrovias no Brasil coincide com a extinção do tráfico internacional de escravos em 1850 e com o encaminhamento da política de abolição gradual da escravidão. Desde o princípio, a discussão em torno das primeiras concessões envolvia o problema da mão-de-obra. Nessa época a expansão cafeeira no sudeste do país tornava premente para fazendeiros e autoridades a busca de alternativas ao trabalho escravo. As principais opções eram imigrantes e brasileiros livres e pobres sob os mais diversos tipos de arranjos de trabalho. Temia-se que as obras de construção, que demandavam uma enorme quantidade de trabalhadores, pudesse intensificar a demanda e aumentar a competição por mão-de-obra, provocando um aumento dos salários dos trabalhadores ocupados com a agricultura de exportação. (LAMOUNIER, 2008, p. 216)

Sabe-se que a ampliação da fronteira agrícola com o aumento da área cultivada, vai intensificar as demandas por trabalhadores. Por outro lado, nas

⁷ Todas essas leis que por vezes aparecem nos textos históricos como concessão ou bondade foram resultantes de relação de forças, de interesses estrangeiros e nacionais, de lutas sociais em um cenário complexo que precisa ser compreendido de forma aprofundada. Não sendo objetivo deste estudo tratar desse tema, remetemos ao importante estudo de Angela Alonso (2015).

obras de construção das ferrovias que na parte de projeto e administração era realizada predominantemente por técnicos estrangeiros, necessitava para a construção que envolvia a preparação do leito, trilhos, acessórios, transporte grande número de trabalhadores não especializados naquilo que foi qualificado como “a mais inferior e árdua forma de trabalho” na ferrovia - conforme menciona Lamounier - mediante o uso de pás, picaretas e explosivos (2008, p.218), realizadas por trabalhadores brasileiros livres e pobres, por escravos e por imigrantes.

Seguindo nos objetivos deste tópico que é o de apresentar diferentes formas de uso da mão-de-obra escrava e as relações entre a lavoura da cana e principalmente do café e a construção de ferrovias, é importante mencionar um trecho de Lamounier:

Em São Paulo, em 1846 foi aprovada uma lei que obrigava os fazendeiros a ceder “os seus escravos por dez dias” para obras de reparo e manutenção das estradas de rodagem, na razão “ de vinte por cento do número total de escravos” (Lei n. 1 de 29 de janeiro de 1846, São Paulo. *Collecção das Leis*, 1853). Mais tarde, as posturas municipais complementaram a legislação referente ao trabalho dos escravos em obras públicas. (LAMOUNIER, 2008, p. 224).

As atividades de agricultura cafeeira e construção de ferrovias, às quais estamos tratando e destacando a mão-de-obra escrava, constituem um dos aspectos da questão da mão-de-obra e das relações econômicas e sociais do Império.

É importante mencionar conjunto significativo de atividades realizadas pelos chamados escravos domésticos e seus descendentes “livres após 1851” que permaneceram nas casas de comércio, nas residências de descendentes de portugueses desempenhando grande número de tarefas inclusive, por uma espécie do que poderíamos chamar hoje de *terceirização* cujo o trabalho era alugado (pelos donos de escravos).

Atividades como as de lavadeiras, amas-de-leite, cortadores de lenha, vendedoras de doces, acompanhantes de mulheres brancas, cuidadores e cuidadoras de crianças dos brancos, carregadores de mercadorias nos portos, tarefas diversas tais como construção de moradias e abertura de estradas e ruas, sempre na condição servil.



Figura 6 - Mulheres escravas vendendo produtos agrícolas em uma estrada no Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. Fotografia de Marc Ferrez (franco-brasileiro, 1843 – 1923) reproduzida em VANGELISTA, 1997, p. 49.

Para o contingente negro livre antes e imediatamente após a abolição de 1888, podemos afirmar como o fez Florestan Fernandes de que:

Em vez de ser absorvido pelo sistema de trabalho urbano e pela ordem social competitiva, ele [o negro] foi repellido para as esferas marginais desse sistema nas quais se concentravam as ocupações irregulares e degradadas tanto econômica quanto socialmente. (FERNANDES, 2007, p. 135).

Se a urbanização proporcionou o surgimento de novas ocupações e a manutenção de “velhas ocupações”, o tecido da cidade não alterou significativamente a condição de escravo.

Em todas as atividades em que eram alugados ou cedidos para as tarefas antes mencionadas ou para a manutenção ou construção de obras públicas, quem recebia os pagamentos eram seus donos e donas. A urbanização, e aqui podemos pensar nas cidades de São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, aumenta a presença do negro sem, no entanto, torná-lo um trabalhador ou uma trabalhadora livre.

No período pós-abolição e com a Proclamação da República, que coincide também com uma insipiente industrialização, principalmente no setor têxtil, tem-se a diminuição do trabalhador negro nessas mesmas atividades.

Florestan Fernandes (2007) afirma que:

Os estudos demográficos feitos por Samuel Lowrie mostram que não houve, *strictu sensu* substituição populacional de nativos por imigrantes. Não obstante, principalmente no que concerne à cidade de São Paulo (e não ao Estado de São Paulo, em geral), a urbanização também significou, de modo extenso e profundo, europeização e parece fora de dúvidas que com relação aos segmentos negro e mulatos da população urbana, ocorreu de fato substituição populacional propriamente dita. (FERNANDES, 2007, p. 133).

Em relação à industrialização no Brasil, sabe-se que o período mais importante se inicia nos anos trinta do século XX no governo de Getúlio Vargas com a criação das bases para o que se chamou de “substituição das importações” com o setor industrial do ferro e do aço, essencial para a fabricação de máquinas e ferramentas, impulsionadora de outros ramos, tais como o setor têxtil e a indústria de alimentos (conservas e frigoríficos) além da indústria de sabão e velas. (TAVARES, 1972).

Estudos indicam, no entanto, que na segunda metade do século XIX, ainda no Império empresários nacionais e grupos estrangeiros realizaram investimentos em estradas de ferro, sistema de transporte urbano e gás seguradoras e um insipiente setor bancário. (CARDOSO, 2014).

No tocante a política econômica, o polo dinâmico continuava sendo a agricultura exportadora baseada no café e na hegemonia dos cafeicultores e grupos ligados à exportação de produtos primários. Visto que, o país importava máquinas, equipamentos, grande parte de bens de consumo, as indústrias brasileiras do final do Império e início da República centravam-se nos setores da madeira (cerrarias), do beneficiamento do trigo (moinhos) e do tratamento do couro (as chamadas pelarias). Também insipiente nesse período é a indústria têxtil responsável pela fabricação de vestimentas rústicas de algodão e de sacarias.

Nas atividades industriais também era utilizada a mão-de-obra escrava, fenômeno denominado pelos economistas de “escravidão industrial”, constatado mediante pesquisas documentais que ainda no Brasil Império, trabalhadores escravos desenvolviam tarefas que exigiam grande “habilidade, perícia e destreza”, as mesmas realizadas por trabalhadores livres (SOARES, 2003). Significa dizer que mesmo sem a existência de cursos de formação ou de escolas, muitos africanos escravizados tornaram-se pela prática em hábeis artesãos conhecedores de seus ofícios e os transmitiram a seus descendentes.

Entretanto o discurso difundido por representantes das também nascentes organizações empresariais, desconsideravam a qualidade do trabalho dos escravizados como aponta Soares:

Já a ideia de que os escravos eram ocupados somente em tarefas não-especializadas acaba reproduzindo alguns dos estereótipos utilizados por aqueles que, dentro dos princípios liberais, defendiam a colonização e o emprego maciço do trabalho livre na indústria, considerado de melhor qualidade que o trabalho cativo. Enquanto o trabalho livre, desenvolvido de preferência por homens brancos, era sinônimo de “industriosidade”, o trabalho escravo era associado exclusivamente à utilização da força física. Um destes liberais, José Antônio do Valle Caldre e Fião, dizia

que a escravidão em geral, e na indústria em particular, atrasava e podia mesmo aniquilar qualquer atividade, pois os escravos eram “sempre ignorantes”, trabalhavam “de má vontade”, eram “incapazes do progresso” e as “despesas que [faziam] quase [equivaliam], e mesmo algumas vezes [excediam], aos produtos que [davam]”. Não só a sua rentabilidade era baixa, como também, devido ao seu despreparo, eles só podiam ser empregados em tarefas que não requeriam o menor conhecimento dos ofícios mecânicos. (SOARES, 2003, p.2).⁸

No período final da escravidão os grupos sociais dominantes tanto no campo quanto na cidade vão exaltar as qualidades do trabalho do imigrante e dar continuidade a um discurso racista e discriminatório, de que os africanos escravizados constituiriam um mau exemplo para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento nacional. No período pós-abolição, com os negros já não mais escravizados, mas trabalhadores livres, aquele discurso continua.⁹

⁸ Cf. José Antônio do Valle Caldre e FIÃO - “A substituição dos braços escravos pelos braços livres”, em O Auxiliador da Industria Nacional, N.º. 7 - Dezembro de 1849, Coletânea 1849-1850, pp. 240-241. Citado em SOARES, 2003, p. 2, nota 4.

⁹ Aspectos que serão desenvolvidos no Capítulo 3.

3 Encontros e Desencontros de Brancos e Negros

3.1 - A fazenda de café, a estância de gado e as migrações

Muitos dos dilemas de hoje, vividos e objetivados em formas de convivência, empatia ou discriminação, que estão ligados aos *encontros* e *desencontros* humanos e às relações inter-étnicas, têm suas raízes profundas no passado. Compreender tais dilemas nos conduz a pensar as formas de propriedade e de trabalho que configuraram e configuram tais relações na sociedade brasileira, incluindo escravidão e imigração como parte dessas raízes.

José de Souza Martins analisando a formação da sociedade brasileira, notadamente nos aspectos relacionados à propriedade e ao trabalho no espaço rural, afirma que:

(...), quando o regime de trabalho escravo entrou em colapso, quando a possibilidade de crescimento da riqueza à custa da sujeição pessoal e do cativo do negro se tornou inviável, devido a própria impossibilidade da reprodução do escravo na escala necessária e do escravismo como forma de exploração e dominação – a grande propriedade entrou igualmente em crise. O cativo e o latifúndio estavam intimamente vinculados entre si, sustentando solidariamente o modo de ser da sociedade brasileira de então. Por isso mesmo a reformulação do regime de trabalho veio acompanhada da reformulação do regime de propriedade. (MARTINS, 1984, p. IX).

Para ficarmos nas formas predominantes de ocupação da terra no Sudeste, principalmente São Paulo, e no Sul, o atual território do Rio Grande do Sul, estudos históricos e de história econômica (FURTADO, 2007) apontaram que na origem da ocupação de novas terras teve inicialmente a instalação das Capitânicas Hereditárias e posteriormente a formação das Sesmarias que foram concedidas para portugueses ou filhos de portugueses que haviam prestado

serviços à Coroa como, por exemplo, proteção de fronteiras no Brasil Meridional, tornando a propriedade da terra, além de fonte do poder econômico, fonte de poder político.

No Brasil Meridional e em São Paulo, embora até a metade do século XIX o sistema de trabalho fosse constituído pela mão-de-obra escrava, temos diferenças importantes na forma de “gestão” dessa força de trabalho. Enquanto nas fazendas de café o escravizado era submetido a uma permanência em espaços restritos e vigiados, nas estâncias do Sul, principalmente, antes dos cercamentos dos campos, os escravizados deslocavam-se por longos territórios a cavalo, muitas vezes armados em atividades de apresamento do gado e posteriormente do transporte de animais em pé. Neste último caso os escravizados foram denominados pela historiografia como *escravos campeiros* e aqueles que, trabalhavam nas charqueadas, foram chamados de *escravos de saladeiro*.

Pelas especificidades do trabalho do escravizado campeiro foi forjada uma ideia de que no Brasil Meridional teríamos tido uma “escravidão branda”, o que não corresponde aos fatos, em decorrência das formas de violência aos quais eram submetidos, como indicam os estudos de Karl Monsma:

Os escravos das estâncias, sobretudo os campeiros, trabalhavam com alto grau de autonomia e andavam armados e a cavalo, mas isso não significava que se rebeliam ou evadiam a cada oportunidade que aparecia. Houve muitas fugas, sim, e um número significativo de ataques violentos a senhores e capatazes das estâncias, mas a maioria dos escravos a maior parte do tempo continuava trabalhando e acatando as ordens dos seus senhores. Eles faziam isso não por ignorância ou porque acreditavam na justiça do cativeiro, mas porque estavam enredados em uma teia de relações de poder, que separavam e individualizavam os cativos, minando a solidariedade entre eles, premiando a lealdade aos senhores e punindo a rebeldia. A rapidez com que muitos escravos se enveredavam para a fuga quando as relações de poder se desorganizavam – como aconteceu durante o período farroupilha – mostra que não aceitavam a legitimidade de sua sujeição. (2011, p. 9)

Quanto ao tema da propriedade, a estância operava como um estabelecimento praticamente autossuficiente, fazendo com que a riqueza gerada pelo gado, pelo couro e pelo charque, proporcionasse, além da riqueza do estancieiro, a compra de farinha de trigo, sal e de utensílios de uso diário.

Tendo na carne a principal fonte de alimentação, acompanhada da mandioca e de galinhas, cuja plantação e criação ficava sob o encargo do escravo, principalmente, das mulheres e crianças, o tipo de economia da estância era relativamente fechado.

Nas fazendas de café a ocupação e manutenção da terra toma formas mais complexas. Na medida em que o café constitui produto de exportação que exige grande número de *braços*, e que precisam ser alimentados, também neste caso, os proprietários com os lucros gerados pela exportação do produto, tem a necessidade de adquirir alimentos.

É dessa forma que vai se desenvolver um mercado interno, como mencionado no capítulo anterior, de certa maneira, associado com a economia do Sul, mediante a compra do charque e também com necessidade de produzir alimentos como a mandioca, o feijão e o trigo.

A necessidade de produzir alimentos e de reproduzir a mão-de-obra escrava, tarefa cada vez mais difícil, como apontado por Martins (1984), é que vai estar na base da importação de mão-de-obra europeia para substituir o trabalho escravo na lavoura e também para produzir a maior parte dos alimentos necessários a essa mesma mão-de-obra.

Surge então no Brasil a importação de trabalhadores europeus pobres, em sua maioria camponeses vindos da Itália, que vão configurar duas práticas de ocupação da terra mediante a propriedade de lotes concedidos pelo Governo Imperial sob a forma de propriedade familiar específica no processo de migrações para o Rio Grande do Sul, na década de 1870, e da ocupação da terra no sistema de colonato, implantado nos cafezais de São Paulo.

A *colonização italiana* para o Rio Grande do Sul foi realizada sob a Lei de Terras de 1850, conforme menciona Martins (1984). Cujas Lei institucionaliza a propriedade privada da terra ao definir que a partir daquela data estariam

proibidas as aquisições de terras, as chamadas terras devolutas, por outro título que não fosse o de compra. Esse é um aspecto importante que vai fazer com que o imigrante tenha que despende uma soma de dinheiro para aquisição dos lotes de terra definidos pelas leis do Império Brasileiro. (VANGELISTA, 1997, p. 66 e ss.).

Citando estudo de Sérgio Costa Franco, José Vicente Tavares dos Santos apresenta importantes informações sobre a ocupação das terras por parte dos imigrantes italianos na Encosta da Serra da então Província de São Pedro. Afirma Santos (1984):

Com esse espírito [a Lei de Terras de 1850], foi promulgada a lei provincial de 1854, que regeu a política de colonização na Província até o final do século passado: 'A Lei Provincial n. 304, de 30/11/1854, (...), autorizando a compra de terras pelo governo para a constituição de colônias teve acentuado alcance prático. Os princípios básicos que se estabeleciam eram os seguintes. a) divisão de lotes de 48 hectares, com reserva das áreas necessárias a servidões públicas; b) venda de lotes à vista ou a prazo de cinco anos, mediante garantia hipotecária até o completo pagamento; juro de 1% ao mês no caso de ser excedido o prazo de pagamento; c) auxílio aos imigrantes espontâneos reembolsável dentro do mesmo prazo de cinco anos; d) proibição aos colonos de explorarem as terras por meio de escravos seus ou alheios, ou de possuí-los nas terras das colônias, sob qualquer pretexto que seja.' (SANTOS, 1984, p. 18).

Em relação a instalação dos imigrantes, predominantemente italianos, nos cafezais de São Paulo tem-se uma forma de ocupação da terra que não constituiu um sistema de propriedade privada familiar como aquele do Sul, neste caso foi instituído o sistema de colonato.

É importante mencionar o significado do colonato, conforme a menção de Cardoso (1997):

“Colonização”, “colono” e “colonato” referem-se neste contexto às práticas de engajamento de mão-de-obra livre nas fazendas de café. Importavam-se trabalhadores livres,

não proprietários, que se agrupavam nas casas fornecidas pelos fazendeiros, as “colônias”. Juridicamente tratava-se de trabalhadores livres que através de contratos de trabalho assumiam compromissos, variáveis quanto às obrigações e à forma de retribuição do trabalho, de cuidar das plantações. (CARDOSO, 1997, p. 195 - nota de rodapé 18).

3.2. Quem eram os imigrantes europeus?

O processo de colonização da província do Rio Grande do Sul teve início nos anos vinte do século XIX com a imigração alemã¹⁰.

Trataremos aqui da imigração italiana, visto que, as análises, objeto do capítulo 3, que tratam das relações inter-étnicas em Carlos Barbosa, resultam em grande medida de práticas sociais realizadas por descendentes daqueles imigrantes que chegaram a partir de 1875.

As primeiras famílias de imigrantes eram provenientes da região setentrional da atual Itália: do Vêneto, da Lombardia e, em menor número, do Trento (VANGELISTA, 1997).

As famílias eram constituídas predominantemente de camponeses pobres e de operários também empobrecidos. Encontraram na vinda para o Brasil a oportunidade de mudarem de vida, processo esse em grande medida construído no imaginário dessas famílias em virtude da forte propaganda por parte de funcionários do Império, donos de navios, agenciadores de migrações que “vendiam” a ideia de que o Brasil constituía uma espécie de El Dourado, de terra fértil de recursos abundantes e de oportunidades. O que ocorreu com a chegada dos primeiros imigrantes ficou muito distante das promessas de que estariam chegando na “terra prometida”.

¹⁰ Para aprofundamento de estudos sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul ver DREHER, 2014.



Figura 4 - Folheto que os Agentes de Propaganda utilizavam para promover a emigração na Itália. Original no Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves. Cópia disponível em: <http://bios-tito.blogspot.com.br/2012/02/dados-do-emigrante-andrea-rigotti-e.html>, acesso em: 02 nov.2017.

Sabe-se que os objetivos do Império e dos grupos dominantes na província escondiam, em parte, os verdadeiros propósitos. Visto que, por parte desses grupos três eram fundamentalmente os objetivos: criar uma economia colonial que não conflitasse com o interesse dos estancieiros, ocupar o território meridional como forma de garantir o controle da área de fronteira com o Uruguai e Argentina e em terceiro lugar obter uma mão-de-obra entendida como devotada ao progresso, atitudes que no discurso e nas práticas não eram voltadas aos escravizados e mais tarde aos cidadãos livres descendentes de africanos escravizados.

Aqui chegando os imigrantes italianos inauguram ainda no porto as primeiras dívidas: pela aquisição do lote de terra (a colônia). Receberam as piores áreas para o cultivo, visto que os imigrantes germânicos que haviam chegado cinquenta anos antes, ocupavam as áreas próximas aos rios (que formavam as estradas da época) e que também constituíam áreas de cultivo menos oneroso. Também os imigrantes italianos contraíram dívidas para a aquisição de ferramentas de trabalho e sementes, demonstrando assim o quanto era enganosa a propaganda oficial.

A exemplo das *picadas*, estradas na mata, que também haviam sido abertas pelos imigrantes alemães, as primeiras famílias de imigrantes italianos que chegam em 1875 no porto do rio Caí, atual Montenegro, tendo permanecido por certo período neste entreposto de imigração, logo em seguida tiveram que abrir *picadas*. Nessa tarefa, com a participação de funcionários portugueses do Império e de contingente de militares buscava-se evitar o perigo de ataque dos índios e assim chegar aos lotes que a elas haviam sido destinadas.

O primeiro núcleo de imigrantes italianos aberto em meio a floresta constituiu o ponto inicial do que seria mais tarde, a cidade de Caxias do Sul.



Figura 5 - Colônia agrícola de italianos em meio à floresta. Núcleo que deu origem a cidade de Caxias do Sul. Fotografia de 1884 reproduzida em VANGELISTA, 1997, p. 67.

A manutenção da propriedade do lote de terra estava no centro de todos os esforços e preocupações da família, que buscava poupar, com sacrifícios, que envolvessem inclusive economia com a alimentação¹¹.

A vida social acontecia em torno da família, tendo na religião católica um elemento não só de coesão espiritual, mas também de controle e de unidade. A fé católica constituía fonte de esperança e de crença de que a vida iria melhorar, tendo inclusive na construção de pequenas capelas - *capitéis* - como locais de culto e de encontro, maior valorização do que a construção da própria moradia que era constituída por construções modestas de madeira e cobertas de feno, inicialmente.

Ainda em relação à família, Chiara Vangelista (1997) nos informa que os casamentos eram realizados por filhos e filhas de imigrantes da própria

¹¹ A hoje cultuada polenta italiana que faz parte da culinária incluindo a saborosa *polenta brustolada*, constituía nos primeiros anos da chegada dos imigrantes italianos o alimento mais barato e que era consumido a partir do milho, cultivado pelos italianos principalmente para a alimentação de suínos. Não consumiam a polenta por tradição, mas por ser alimento de fácil acesso e de baixo custo.

nacionalidade italiana, em decorrência de distâncias geográficas, pressão dos parentes e *conselhos* da própria autoridade religiosa. Esse conjunto de estratégias constituía uma forma de manter, desde o imaginário trazido da pátria mãe, uma identidade italiana e uma propriedade não dividida.

3.3 – Escravos e imigrantes: privações e violências

Imigrantes europeus e africanos escravizados passaram por situações de violências e privações incomparáveis. Os imigrantes europeus tinham reconhecimento como pessoa na esfera civil e tinham a quem recorrer e encaminhar suas demandas pessoais, seja ao cônsul, seja ao delegado. Os africanos escravizados não tinham a quem recorrer. O fato de terem negada a sua condição de pessoa, os diferenciava profundamente dos imigrantes europeus e os deixava ao arbítrio de um proprietário.

3.3.1 – Escravizados africanos: a negação da pessoa

Estudos mencionam as diversas formas de violência e de tortura sofrida pelos escravos. Em relação aos imigrantes existem depoimentos quanto a privações, dificuldades sofridas, saudades da pátria mãe, inclusive reforçadas pelos próprios imigrantes proprietários, que temerosos de parecerem fracassados aos olhos de seus pares na área de colonização ou a seus parentes que permaneceram na Itália, silenciam quanto às formas de violência a que foram submetidos. Os relatos de violência neste segundo caso existiram, como procuraremos demonstrar.

Apresentaremos em primeiro lugar alguns relatos e análises de situações de violência sofridas pelos africanos escravizados¹² no Brasil Meridional. Em segundo lugar, violências sofridas pelos trabalhadores livres imigrantes, nos cafezais de São Paulo e no Rio Grande do Sul.

¹² O fato de um ser humano ser transformado em escravo por outro ser humano, por si só, constitui uma violência extrema. O que apresentamos a seguir poderíamos chamar de formas adicionais de violência.

A citação a seguir retirada de Cardoso (1997, p. 133 – 134) apresenta relato do diplomata e jornalista francês Arsène Isabelle (1807 – 1888) que esteve no Brasil Meridional entre 1830 e 1835. Descreve o que viu no ano de 1834: crueldade, brutalidade e assassinato de escravos. Eis o trecho:

A hipótese sobre a brutalidade corrente nas relações entre senhores e escravos encontra confirmação em inúmeros testemunhos e registros. Além disso, numa sociedade onde o regime patrimonialista de mando era pervertido por causa de condições históricas peculiares, a coerção necessária à manutenção do regime escravocrata teria de exercer-se dentro de padrões que supunham a violência como um traço normal. Arsène Isabelle, descrevendo o tratamento dispensado aos escravos na Província, faz uma referência explícita à situação do campo que não deixa margem para dúvidas quanto a essa interpretação: “Sabeis como esses senhores, tão *superiores*, tratam seus escravos? – Como tratamos nossos cães! – Começam por insultá-los. Se não vêm imediatamente, recebem duas ou três bofetadas da mão delicada de sua senhora, metamorfoseada em harpia, ou ainda de um rude soco, um brutal pontapé de seu grosseiro amo; se resmungam são ligados ao primeiro poste e então o senhor e senhora vêm, com grande alegria no coração, para ver como são flagelados até verterem sangue aqueles que não têm, muitas vezes, outro erro que a inocência de não ter sabido adivinhar os caprichos de seus senhores e patrões! Feliz ainda o desgraçado negro, se seu *senhor* ou *senhora* não tomam, eles mesmos, uma corda, rêlho, pau ou barra de ferro e não batem, com furor brutal, no corpo do escravo, até que pedaços soltos da pele deixem correr sangue sobre o seu corpo inanimado! Por que geralmente se carrega o negro sem sentidos para curar seus ferimentos; sabeis com quê? *Com sal e pimenta*, sem dar-lhes mais cuidado do que o que se presta a um animal atacado de feridas, e que se quer preservar dos vermes. Julgareis que esse tratamento não seja menos cruel do que os fustigados de rebenque? Bem! Vi essas coisas no ano da graça de 1834! Vi mais ainda – Há senhores tão bárbaros, principalmente no campo, que fazem incisões nas faces, espáduas, nádegas ou coxas de seus escravos, a fim de colocar pimenta. Outros levam seu furor frenético até o ponto de assassinar um negro e atirá-lo, como a um cão, numa cova; e se alguém, surpreso pela ausência, se informa da sorte do negro, ele responde friamente “morreu” (o filho da p... morreu). Ninguém mais fala nisso. (...)”.

Estudo de Karl Monsma sobre o trabalho escravo nas estâncias do Brasil Meridional no século XIX apresenta casos de violências e crueldade cometidas por senhores e capatazes contra os escravizados.

No caso a seguir se tem uma situação que levou à morte do escravo:

Contudo, a convivência próxima e o trabalho colaborativo nas estâncias podiam igualmente levar à perseguição de escravos específicos por estancieiros e seus familiares ou administradores. Com o isolamento relativo dessas propriedades, sem autoridades ou vizinhos próximos, que podiam inibir as tendências cruéis de alguns senhores e, sobretudo, de seus capatazes e outros prepostos, os escravos também ficavam vulneráveis a castigos horríveis. Em 1822 José da Costa Santos chegou à sua estância no distrito de Boqueirão (depois São Lourenço) e descobriu que o patrão de seu late havia castigado seu escravo Fernando tão severamente que estava à beira da morte. Fernando fora acusado de roubar três bexigas de graxa. Como ele negou o furto, o patrão o espancou e mandou outros o espancar. Depois da surra, Fernando, que não conseguia mais caminhar, foi carregado a um rancho e deixado por quatro ou cinco dias sem comida nem tratamento médico. Quando o estancieiro viu o escravo, este começou a delirar, repetindo que não havia roubado nada, e morreu poucos dias depois. Costa Santos estava revoltado pela atitude do patrão, afirmando em uma carta “foi forte crueldade dar em hum escravo velho por Vr de 3 Bexiga de graxa que não herão Suas e Sino mas e ao despois não mandar tratar deste infeliz que tanto trabalhou pa esta casa. (...) e tendo morrido 12 escravos nesta Caza não tenho sentido como Este pelo triste modo com que fes este maldito dar fim a Seus dias”. Mesmo assim, Costa Santos não quis entregar o patrão à Justiça para julgamento, preferindo receber dele o valor do escravo perdido. (MONSMA, 2011, p. 3 – 4).

No segundo caso trata da fuga e recaptura de escravizados, demonstração de uma situação de violência que não era incomum, que era a de separar os casais de escravizados.

Certamente os escravos fugiam principalmente porque queriam a liberdade. Ou seja, a principal causa das fugas era a escravidão. Mas situações ou eventos específicos

muitas vezes precipitavam a evasão. Como em outros contextos, muitas vezes as fugas se originavam em castigos sentidos pelos cativos como injustos ou excessivos. João Congo, roceiro na estância de Luisa Gomes de Oliveira em Arroio das Cabeças, município de Rio Grande, disse ao juiz que “tinha fugido por causa do injusto castigo, que lhe fiserão”. O campeiro e roceiro João não disse porque fugiu, mas deixou claro que não gostava de seu senhor, expressando ao juiz, depois de ser recapturado, “o dezerar pedir que seo senhor Manoel Marques das Neves Lobo, o venda para outra pessoa por que elle prezo não o quer servir”. Uma carta de Francisco Vieira Braga, estancieiro em Arroio Grande, Boqueirão, para seu irmão Vicente, na Fazenda São João, deixa claro outro motivo para a fuga: “O meu negro Israel fugio á dias, eo Suponho p^r S^m João, lugar de sua paixão e deve estar acoutado pelos outros”.¹⁵ A Fazenda de São João, na margem sul do rio Camaquã, era herança dos irmãos Vieira Braga e da sua mãe, explorada por eles em condomínio. É provável que Israel e a escrava objeto de sua paixão trabalharam anteriormente na mesma estância, e depois um deles havia sido transferido para a outra estância. MONSMA, 2011, p. 5).

Karl Monsma (2011, p. 8) afirma a ameaça de venda dos “escravos maus” “para as charqueadas de Pelotas, onde as condições de trabalho eram muito piores [do que nas estâncias]”, mencionando ainda que muitos escravos eram vendidos para as fazendas de café do Sudeste “sofrendo, além do trabalho mais pesado, a separação de familiares e amigos”.

Estas eram ameaças sempre presentes que constituíam as formas de castigar o escravo mediante a destruição dos laços de sociabilidade construídos pelos trabalhadores escravizados. O medo de que tais medidas fossem tomadas, por certo inibia a tentativa de fuga por parte dos escravos campeiros aparentemente libertos que mesmo armados e a cavalo sentiam-se como se estivessem sob grilhões.

Além das formas de violência física, explícitas e marcadas nos corpos dos escravos negros, há que se incluir um tipo de violência que não aparece enquanto tal. Trata-se de uma *violência simbólica*, conceituada por Pierre Bourdieu (1989) como a forma de inculcação dos discursos e práticas dos grupos dominantes em uma sociedade.

Apresentamos um trecho de Cardoso (1997, p. 133) onde encontramos um tipo de violência simbólica que guardadas as proporções permanece atual desde 1846, em relação à educação:

A própria legislação sancionou o costume: basta ser “preto” para ser considerado escravo. Assim, a lei de regulamentação do ensino primário da Província proibia de frequentar as escolas públicas “os escravos, e pretos ainda que sejam (sic) livres e libertos”.

Sem perceber que sofrem violência, os grupos dominados ou subalternos adotam e legitimam discursos e práticas dos dominantes, numa situação de submissão ou em situações de não reflexão crítica sobre os conteúdos que compõem aquelas práticas e aqueles discursos.

Nesse sentido, entendemos importante uma breve análise do Hino Rio-Grandense¹³, no tocante ao que podemos chamar de percepção sobre os grupos sociais, ou grupos étnicos, particularmente a referência ao negro.

Inicialmente transcrevemos o Hino que como se sabe foi composto por Joaquim José Mendanha, com letra de Francisco Pinto da Fontoura durante a “Revolução Farroupilha” (1835 – 1845), como “Hino da República Rio-Grandense” e, oficializado pela Lei n. 5.213 de 5 de janeiro de 1966, como Hino oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Hino Rio-Grandense

*Como a aurora precursora
Do farol da divindade,
Foi o Vinte de Setembro
O precursor da liberdade.*

*Mostremos valor, constância,
Nesta ímpia e injusta guerra;*

¹³ A origem da inspiração para analisar o Hino Rio-grandense, surgiu da leitura da Tese da Professora Dra. Adevanir Pinheiro e de debates ocorridos no NEABI.

*Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra.*

*Entre nós revive Atenas
Para assombro dos tiranos;
Sejamos Gregos na glória
E na virtude, romanos.¹⁴*

*Mostremos valor, constância,
Nesta ímpia e injusta guerra;
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra,
De modelo a toda a terra.
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra.*

*Mas não basta, p'ra ser livre,
Ser forte, aguerrido e bravo;
Povo que não tem virtude,
Acaba por ser escravo.*

*Mostremos valor, constância,
Nesta ímpia e injusta guerra;
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra.
De modelo a toda a terra.
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda a terra.*

(Transcrito de <https://www.letras.mus.br/francisco-pinto-da-fontoura/1338011/>, acesso em 27 out. 2017).

Não sendo objetivo deste estudo uma análise do Hino em seu conjunto, nos deteremos à estrofe: *Mas não basta, p'ra ser livre / Ser forte, aguerrido e bravo;/ Povo que não tem virtude¹⁵, / Acaba por ser escravo.*

¹⁴ Com o argumento de que ao se referir a outros povos (gregos e romanos) não teria identificação com o povo gaúcho. Argumento que teria embasado a aprovação da Lei 5.213 de 5 de janeiro de 1966.

¹⁵ Virtude do latim *virtus*, significa uma qualidade moral particular relacionada à virilidade e à conduta de conformidade com o bem.

Podemos verificar inicialmente uma exaltação dos Farroupilhas e do que veio a se denominar, posteriormente, de povo gaúcho que teria na ideia de liberdade, na força e na bravura, características capazes de servirem de exemplo. Em segundo lugar, verifica-se uma depreciação da pessoa escravizada como se a mesma não fosse portadora daquelas características e também das chamadas virtudes, estando, portanto, condenada à escravidão.

Apresenta-se o escravizado, o negro africano, como se não fosse humano, como se não fosse viril, como se não fosse forte e que, portanto, estaria “naturalmente” condenado à escravidão. Quando a história registra que ninguém nasce escravo, mas torna-se escravo por relações de força impostas por outros, e mesmo um filho nascido de homens e mulheres escravizadas não é naturalmente um escravo. Torna-se escravo em um regime de escravidão.

O que parece ser um verso inocente cantado nas datas festivas do Rio Grande do Sul, ensinado nas escolas, cultuado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, constitui efetivamente uma violência simbólica à qual é submetido o povo negro assim como seus antepassados escravizados, no século XIX, com poder de verdade e de convencimento, invisibilizando o fato de que a estrofe por nós destacada constitui uma *tradição inventada*¹⁶ mas que aparece aos olhos e ouvidos da maioria dos brancos e parcela significativa do povo negro como se existisse desde sempre.

3.3.2 Imigrantes: sonhos e privações

Com relação aos imigrantes em situações de violência e de privação no período escravista e nos primeiros anos da República eram frequentes.

¹⁶ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” (HOBBSAWM, RANGER, 1997, p. 9).

Chiara Vangelista (1991) trabalhando com dados dos primeiros anos da República, afirma que foram muitas as formas de violência nos cafezais, tais como, demissões sem pagamento da remuneração devida, maus tratos, violações às liberdades de trabalho, confisco dos bens dos colonos, destruição de casas dos colonos, ameaças de mortes aos trabalhadores que protestavam, inclusive assassinato de trabalhador que exigia seu próprio salário.

Mencionamos aqui dois casos daqueles apontados pela pesquisadora cujos pedidos de providência dos trabalhadores foram pedidos ao Consulado da Itália em São Paulo, em 1901, cujo documento consular transcrevemos abaixo:

*Relato 1: De M*** (13 de outubro de 1901): Ambrogio Giacomo, Beniamino Longhi, Lorenzo Canova, Minardi Giuseppe, Bigio Crestani e Bonafe Angelo, empreiteiros de café na Fazenda S. E., declararam que, tendo terminado o seu contrato de quatro anos, se apresentaram ao patrão para prestar conta do trabalho. Mas este, com cem protestos não lhes pagou. Não passa um dia sem que o mencionado patrão não mande espancar algum colono. Ele não permite aos colonos vender um grão de milho e, em caso de doença, deixa que morram sem médico, nem medicamento. O próprio proprietário declarou muitas vezes que nos seus negócios não têm o direito de meter o nariz nem as autoridades locais, nem cônsules, nem governos estrangeiros. Até o delegado de polícia tem medo deste tal fazendeiro que está sempre rodeado por seus capangas.¹⁷ (VANGELISTA 1991, p. 214 - 215).*

Relato 2: “No mês de julho de 1901, Lourenzo Testa e outros doze chefes de família, escreviam da estação V*** ao cônsul” (VANGELISTA 1991, p. 215):

Nos encontramos na dependência do fazendeiro P.C. Não só nos foram negados os créditos, como vimos sendo ameaçados de morte a mão armada. No dia 3 do mês passado o colono dizia ao fazendeiro, ‘já que negais o nosso haver, deixai-nos andar’. O fazendeiro pegou um punhal e se não se tivesse posto no meio o colono Pasquale Filippelli, teria golpeado. Testa se retirou

¹⁷ Itálicos nossos.

limitando-se a responder: 'olhai aquilo que fazeis, senhor patrão porque não tendes razão e nós não falemos com modos'. O fazendeiro correu ao escritório, saiu armado de carabina e a apontou contra Testa. Este se refugiou atrás de outros colonos que se retiravam espantados, enquanto que o fazendeiro dizia que não permitiria mais que eles circulassem em mais de dois de cada vez. ”

Como é possível perceber, os relatos expressam um tipo de violência costumeira e que chega até o presente em nosso país que é o arbítrio dos patrões e a utilização de capangas numa espécie de “terceirização” da execução de crimes contra os trabalhadores. Também o exercício da violência privada em claro desrespeito às autoridades e às leis.

Ainda tratando dos encontros e desencontros, apresentaremos a seguir duas cartas de imigrantes com referências à pátria de partida, às agruras das viagens, as dificuldades relacionadas ao trabalho e ao estranhamento do lugar de chegada.

Seguem as cartas, transcritas de SOARES (2004):

Carta 1:

Caríssimos pais

São Sebastião, 27 de dezembro de 1883.

Parti de casa com lágrimas nos olhos por deixar minha mãe, meus irmãos e minhas irmãs que tanto me queriam. Chorava por deixá-los, e não por vir para a América.

Juntamente com Raquel, parti de Gênova, com grande alegria, no dia 22 de novembro. Por dois dias ela esteve muito bem. Depois o mar começou a agitar-se e ela teve vômitos. Se pelo menos tivesse sido só ela; mas todos, mulheres e homens, sentiam-se mal, e de 1590 passageiros, talvez apenas uns 60 não tivessem vômitos. Um fazia coro ao outro, provocando o mesmo riso. Alguém dizia: “Adeus, que morro! Adeus, que morro!” E pouco depois passava a tempestade e todos estavam bem.

Em dez dias chegamos a São Vicente e lá permanecemos por um dia para carregar carvão. Trabalhei também, juntamente com Gio Maria e cada um ganhou seis francos. Depois, em 11 dias chegamos ao Rio e lá nos conduziram à casa de imigração, numa ilha chamada do Gelo. Ficamos naquele local por 3 dias, com pouca comida: café pela manhã e uma pequena merenda às 4 horas. Uma dieta desta um doutor não a prescreve nem mesmo a um doente. Se se quisesse comprar um pedaço de pão com um marengo (moeda de ouro), não se o encontrava. Esta foi a fome que sofri durante a viagem, enquanto a Raquel tinha tudo o que queria: vinho branco, vinho tinto, sopa, carne assada e rum. Os senhores davam de tudo para ela. Temia que ela sofresse muito no mar, porque se trata de uma viagem difícil, mas ela se acha gorda e corada, atraente e alegre, e encontra-se muito bem.

Do Rio de Janeiro partimos em direção a Santa Catarina. Rumamos depois para Rio Grande onde ficamos um dia, seguindo depois para Pelotas, e enfim, para Porto Alegre. Detivemo-nos por um dia na casa de imigração, seguindo então com um vaporzinho e chegando a São Sebastião, por um rio que é 1/3 maior que o Agno. Aqui encontram-se laranjas a 10 réis e por vezes custam apenas o trabalho de colhê-las.

No dia 28 partimos para a colônia, às custas do governo. Aliás, desde o Rio de Janeiro, recebíamos tudo do governo. Antes de partir para a América, parecia que partiríamos para o desespero, e encontramos, entretanto, cidades como na Itália. Aqui agora estamos no verão. Comem-se melancias, uvas, figos, laranjas. E vocês, entrementes, estão com neve. Talvez que a diferença de fusos seja mais ou menos de 6 horas: quando aí é meio-dia, temos aqui 6 da manhã. Mas o calor não é muito e a gente encontra-se bem. Aqui troveja e chove. Agora preciso 3 dias para ir ver a colônia, e depois escreverei. Resumindo posso dizer que tive uma boa viagem e estou bem.

Eu e a Rachel vos saudamos a todos de coração: pai, mãe, irmãos, irmãs, minha cunhada Maria e meu tio Pedro. Raquel saúda a Beppa e a espera aqui. Saúdem a todos aqueles que pedem por mim e, se for possível, mendem rezar uma missa a Nossa Senhora das Graças, pois que a Raquel e eu tivemos muita sorte na travessia.

Adeus, adeus.

Sou o filho

Paulo Rossato.

(SOARES, 2004, p.110)

Carta 2:

Santa Maria do Rio Grande do Sul, novembro de 1887

Nós outros estamos aqui, mas não estamos contentes porque são montes e beiras e poucas planícies e também há muitos bichos do pé e muitos outros perigos. Vamos trabalhar por conta dos colonos e recebemos trinta moedas por dia e ir trabalhar para o governo rende 50 moedas, mas nós outros não vamos porque existem muitos perigos, até de vida e esta é a cocanha que se escrevia estar aqui na América. Querido irmão, a nossa consciência nos diz para não te deixar vir aqui porque nós fomos enganados e não queremos te enganar também, acredite estamos escrevendo a pura verdade e não acredite que durante a viagem foi mudado. Querido irmão, te informamos que esta carta foi escrita por nosso sobrinho Giuseppe porque se a deixássemos escrever por eles iriam escrever o que querem e nós outros queremos escrever a pura verdade. Saúda o meu amigo Nespolo Agostino e pedi-lhe se pode obter a graça que vamos lhe pedir, aliás te imploramos de ir até nosso patrão B. e de entregar-lhe esta carta que nós estamos com os olhos marejados e de joelhos pedindo à sua bondade porque todas as nossas esperanças estão nele e o imploramos que nos tire destes tormentos e que nos faça voltar para a Itália que quando lá estaremos nos sujeitaremos a qualquer condição sua e que pagaremos com a nossa vida as despesas decorrentes da viagem de volta.

Estimado patrão, colocamos todas as nossas esperanças na sua bondade, esperando na sua misericórdia e que não seremos abandonados pelo senhor e o saudamos de todo o coração e nos declaramos seus desejados servos Taschetto Antonio, Luigi e Felice.

Então, querido irmão te saudamos e esperamos de receber algum consolo da tua resposta, caso contrário seremos obrigados a ir nas nossas colônias e no meio das matas desertas e aí deveremos morrer barbaramente.

Antonio, Luigi e Felice Taschetto

(SOARES, 2004, p.115)

As cartas expressam situações de dificuldade pelas quais passaram os imigrantes, as formas como procuraram se adaptar ao novo ambiente e também as situações de humilhação às quais os imigrantes, arrependidos de terem vindo para o Brasil, muitos deles vítimas de uma poderosa e mentirosa propaganda que por vezes se humilham, como vimos na segunda carta em que pedem de forma comovente para retornarem à Itália.

Depreende-se da leitura, que suplicam para estarem novamente numa situação de trabalho mesmo que precário, mas preferível à permanência nas áreas destinadas pelos programas de colonização do Governo Imperial onde entendem que estariam condenados a morrer.

Os relatos aqui apresentados de violências sofridas pelos africanos escravizados e pelos trabalhadores livres, imigrantes, não são comparáveis. Verificamos no caso das crueldades perpetradas sobre o negro, incluindo assassinatos cometidos por seus donos que se consideravam com poder de decidir sobre a vida de outra pessoa. Cujos reconhecimento, enquanto pessoa, negavam.

Quanto aos imigrantes, os relatos que apresentamos não se referem à assassinatos, mas formas de intimidação, ameaças e submissão a privações.

O que propomos pensar é que tanto os imigrantes quanto os negros experimentaram diferentes tipos de sofrimento. O que permanece aberto à investigação e a desafiar as reflexões é que em pleno século XXI encontramos também por parte dos descendentes de imigrantes, cujos antepassados sofreram privações, a discriminação do negro, como procuramos apresentar e analisar no capítulo seguinte no estudo feito na região de chegada daqueles *contadini* e *citadini* que ainda hoje buscam manter uma cultura trazida por seus antepassados.

O que surpreende de outra parte, e desafia a todos aqueles que pensam e procuram construir uma convivência solidária e democrática é a grande distância ainda a percorrer para que não se perca a memória dos sofrimentos e conquistas do negro e dos que se consideram europeus, para que não se caia no ressentimento, prática comum daqueles que em qualquer tempo e lugar não reconhecem o outro como pessoa, como um igual.

4 CARLOS BARBOSA: QUANDO O “EU” VÊ O OUTRO

4.1 História e Memória

Carlos Barbosa, município da Serra Gaúcha com 25.192 habitantes (IBGE, Censo 2010), ocupava em 2014 o primeiro lugar no Rio Grande do Sul no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) com, 0,892 de acordo com o núcleo de indicadores sociais da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2014) lembrando que índice maior ou igual a 0,800 considera-se de alto desenvolvimento socioeconômico. O IDESE é constituído por três blocos pesquisados: educação, saúde e renda sendo que para o primeiro bloco (educação) Carlos Barbosa alcançou o índice de 0,836, para o segundo (saúde) 0,885 e para o terceiro (renda) o índice de 0,956. (<https://www.fee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2014/> acesso em 30 set.2017).

Também apresenta alto desenvolvimento industrial, o que pode ser exemplificado com uma cooperativa do setor de laticínios com mais de cem anos e com uma, também centenária, indústria metalúrgica e que exporta para mais de cem países. Como se chegou a esse lugar em desenvolvimento socioeconômico? Como se apresenta enquanto comunidade? E como são estabelecidas as relações entre os cidadãos e cidadãs do município e de fora? São essas algumas das questões que abordaremos a seguir buscando compreender que comunidade no passado e no presente vem sendo Carlos Barbosa.

O processo de formação do município de Carlos Barbosa é marcado pela constituição de uma comunidade de indivíduos de maioria, imigrantes europeus. Os grupos étnicos encontrados são variados: italianos, alemães, poloneses, suíços, franceses, que como apontado anteriormente vão ser postos em contato com as populações indígenas que habitavam o território que compõem a Região da Serra. Sendo que o maior número de imigrantes foram os italianos, a partir de 1870, vindos das províncias do Vêneto e da Lombardia. (BENEDUZI, 2004).

O que atrai a atenção para essa cidade é o fato da inexistência de negros na história local e atualmente da reduzida participação dos negros no cotidiano.

Essa argumentação fundamenta-se em pesquisas de escritores regionais como Aldo Francisco Migot (1989), Romildo Scottá e Fernando Carlotto (2006) que apresentam em suas obras as realizações de exclusividade dos imigrantes europeus. Em razão disso, é que ao longo do tempo a presença do negro em Carlos Barbosa, percebida pela investigação, tornou-se à luz dos discursos dominantes, praticamente invisível.

A luta diária, o trabalho pesado, a língua, a ousadia e a religiosidade tornaram-se marcos da colonização italiana e alemã e não são apontados para os grupos étnicos, tais como os povos indígenas – primeiros habitantes do território – e para o povo negro que, embora em menor número, também esteve na região desde as primeiras décadas do século XIX e que estão na base de formação do território em que hoje localiza-se o município de Carlos Barbosa. Desta forma, entende-se que a narrativa histórica local, privilegiou alguns e excluiu a outros.

Considera-se relevante acrescentar que nos registros de formação do município constam da chegada de imigrantes alemães em 1870, em número reduzido e de imigrantes italianos em maior número a partir de 1873, que após terem se estabelecido na atual Linha de Santa Clara Baixa, desenvolveram o município nos anos seguintes.

Quanto aos povos indígenas que habitaram o município, sabe-se que eram dos grupos Jês e Tupi-Guarani (DORNELLES, 2011) que como mencionado anteriormente foram sendo expulsos pelo processo de colonização e também, aos olhos dos descendentes de imigrantes também não teriam deixado qualquer legado, ficando de fora dos relatos da “prosperidade” advinda da mão do imigrante.

Uma das características presentes no imaginário local é quanto ao privilegiamento e valorização dos nascidos em Carlos Barbosa ou descendentes, de “gente daqui”, termo corriqueiro e utilizado ainda no momento atual entre os moradores ao referirem-se às pessoas que são locais.

No quadro a seguir apresentamos a composição étnica do município:

CARLOS BARBOSA - RS	NÚMERO
População	25.192
Branca	23.763
Preta	276
Parda	1088
Indígena	5

Fonte: IBGE, 2010.

4.2 Problematizando as relações raciais em Carlos Barbosa

Para adentrarmos na cultura e nas relações inter-étnicas em Carlos Barbosa entendemos importante uma reflexão no plano conceitual, analisando-se, os conceitos de branquitude e branquidade.

Em uma primeira referência pode-se afirmar que:

A ideia de branquidade reflete uma situação em que os indivíduos ou grupos não conseguem mais enxergar o diferente, não branco, como um real interlocutor. É diferente de branquitude, que é o estado de espírito em que se dá o reconhecimento do diferente e existe postura de diálogo e interlocução. (PINHEIRO, 2014, citado em FOLLMANN, 2017, p. 45).¹⁸

¹⁸Priscila Elisabete da Silva (2014) mencionando a pesquisadora Ruth Frankenberg indica elementos estruturais no conceito de branquidade "(...) Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam." E que "a branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis."(p. 11) E, referenciando Edith Piza aponta que: "a branquitude é uma guardiã silenciosa de privilégios." "(...) a discriminação não é notada [pelos brancos] e os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais." (p. 13).

Pelo contexto de uma realidade branca, que predominou no poder durante séculos, a branquidade impôs sua hegemonia e estabeleceu a inferioridade de africanos e indígenas. Como já foi dito, a Europa também comemorou o século das Luzes pela conquista dos novos continentes e principalmente pela dominação de *incivilizados* que encontrou no novo continente. Assim, as relações do convívio étnico-racial foram marcadas por diferenças que privilegiavam uns em detrimento de outros. Nesse caso, privilégio branco e prejuízo negro.

Conforme SEYFERTH (2005, p. 36), na sociedade brasileira não há espaço para negros, indígenas e mestiços. Para eles, ao longo da história, o local designado foi às margens do processo e do progresso nacional.

É como se a migração europeia tivesse atingido a plenitude dos seus objetivos, que além de branquear a população e povoar regiões do Sul e do Sudeste do país, tivesse feito prevalecer as características branca na sociedade. Na mesma linha argumentativa afirma Jacob Gorender que,

...a grande imigração europeia, ocorrida entre 1880 e 1920, serviu de motivo, na elite dirigente do país, para sustentar a tese sobre a vantagem do branqueamento da população. Ao mesmo tempo, parte significativa da elite pensante se inspirava em teses pseudocientíficas para sustentar considerações racistas. (GORENDER, 2000, p. 56).

O mesmo autor afirma que o branqueamento serviu de estímulo à elite brasileira, predominantemente branca, para aprimorar as práticas de exclusão e discriminação étnica. Nesse contexto, era o imigrante europeu que se destacava por atender aos requisitos biológicos dos governantes de branquear a população. Nessa trama, muitos imigrantes tornaram-se sujeitos das intenções discriminatórias e acabaram envolvidos no enredo como coadjuvantes, ainda que participassem efetivamente do processo.

Para contribuir com a tese do branqueamento, no século XIX surgiu uma “teoria” do branqueamento¹⁹ analisada criticamente por Thomas Skidmore, como:

...um processo evolucionista com o elemento branco triunfando gradualmente. Promovendo a imigração europeia que era favorável por dois motivos: primeiro, os europeus ajudariam a compensar a escassez da mão-de-obra resultante da eliminação do trabalho escravo. Em segundo lugar, a imigração ajudaria a acelerar o processo de branqueamento no Brasil. A imigração europeia traria para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, energético e sadio. (SKIDMORE, 1989, p. 40)

Para a população afrodescendente, a marginalização lhes causou profundas dificuldades econômicas e sociais, sobretudo, desafiando-os à convivência cotidiana entre as etnias europeias que para cá migraram.

No debate sobre as relações étnico-raciais, percebe-se a dificuldade de abordagem da temática pela sua complexidade. A dificuldade apresenta-se por vezes, na intensidade do interesse em refletir a temática. Segundo PINHEIRO existem violências simbólicas das quais são ignoradas exatamente por estarem invisíveis aos olhos naturais, provocando mortes históricas, culturais e identitárias. “São violências que não chegam a ser percebidas ou vistas por estarem situadas no nível simbólico, como é o caso das representações e práticas raciais do cotidiano. (2014, p. 23).

Ao se tratar das relações étnico-raciais, devemos ter presente que por intermédio desses abusos simbólicos e invisíveis, a sociedade está hierarquizada, determinando assim a posição ocupada por cada um,

¹⁹ Nos últimos anos do século XIX e início do século XX, vigoraram as “teses eugenistas”, que defendiam um padrão genético superior à “raça” branca. Ou seja, defendiam a ideia da superioridade do homem branco europeu em relação aos asiáticos (amarelos), indígenas (vermelhos) e africanos (negros). No contexto brasileiro, foi incorporada a “tese do branqueamento”. O médico e antropólogo João Baptista de Lacerda (1846 – 1915) foi um dos defensores dessa “tese”. Apêndice B: Sobre os mestiços no Brasil. Tradução de “Sur le métis au Brésil” (Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911, Paris, Devouge, 1911.); tradutores, Eduardo Dimitrov, Íris Morais Araújo, Rafaela de Andrade Deiab. Transcrito de SCHWARCZ (2011, p. 234 – 242).

perceptíveis pela sua inserção no trabalho, no local de residência, no contexto de vulnerabilidade, na segurança, e no grau de escolaridade. São os mesmos fatores que atingem homens e mulheres negras, a falta de reconhecimento humano pelos próprios humanos.

A essas questões de convivência inter-étnica, observa-se uma introjeção de desigualdades étnicas. O negro está muito mais presente no debate racial em relação ao branco. O silêncio e o menor interesse do branco como objeto da pesquisa, permeia essa temática e reflete a baixa produção acadêmica demonstrando a visibilidade da imposição branca. O branco estuda o negro. Quem estuda o branco? O negro está entre os brancos, e como é a convivência entre eles? Como os brancos interagem com os negros?

Conforme SCHUCMAN (2012), as desigualdades e o racismo sempre existiram, perpassando por toda a sociedade. A convivência entre brancos e negros eram consideradas tranquilas e cômodas, desde que o negro estivesse a serviço. Enquanto os afrodescendentes estavam em condições subalternas, não ocupavam cargos administrativos, sem acesso aos bens públicos e outras posições sociais e, nessas condições, não disputavam com os brancos.

É relevante a compreensão de que essa convivência cotidiana não representava uma convivência harmoniosa. A partir das lutas dos movimentos sociais negros reivindicando o artigo 5º da Constituição²⁰, por exemplo, garantiram conquistas que alguns brancos rejeitaram por entenderem que eram suas por merecimento. Apenas para utilizar como exemplo, a questão das cotas²¹ para o ingresso nas universidades.

Para SCHUCMAN (2012), é o chamado “medo branco” que aflora e assume um racismo mascarado por entender que o lugar ocupado pelo branco

²⁰ Art. 5º da Constituição Brasileira de 1988: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.”

²¹ A lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012 garante reserva de 50% das matrículas por curso. A lei foi regulamentada pelo Decreto 7.824/2012 e pela Portaria Normativa 18/2012 do MEC. que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei. As vagas estão subdivididas entre estudantes de escola pública, renda familiar e um percentual mínimo a soma de pretos, pardos e indígenas. (<http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>, acesso 15/03/2016).

é de exclusividade dos seus iguais, logo, um negro torna-se uma ameaça para a supremacia branca.

Prosseguindo na análise, pode ser verificado que ao homem branco foi conferido posições de privilégio ao longo dos séculos. Posição reconhecida e legitimada na sociedade ainda hoje. Frantz Fanon²², um importante pensador e referencial sobre as relações raciais e o conceito de negritude, vai examinar a relação entre negros e brancos, revelando como um via o outro e a necessidade do negro em ser branco e do branco em manter sua posição de homem ideal. (FANON, 2008).

No Brasil, Gilberto Freyre (1961), realizou estudos sobre relações étnico-raciais nos anos trinta do século XX que ao enfatizar o processo de miscigenação no Brasil, defendeu a existência de uma democracia racial através da mestiçagem e argumentando quanto a relações brandas entre senhores e escravos, o que pode ser exemplificado com a seguinte afirmação:

Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, as cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá e ioiôs brancos – os negros trabalharam sempre cantando: seus cantos de trabalho tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira. Às vezes de um pouco de banzo; mas principalmente de alegria. Os pianos não se carregavam outrora sem que os negros cantassem: *é o piano de ioiô, é o piano de iaiá.* (FREYRE, 1961, p.463).

E o estudo de Donald Pierson (1945) que entre os anos de 1935 e 1937 realizou uma pesquisa em Salvador / Bahia, a qual chegou à seguinte conclusão:

Especialmente significativo é o fato de que no Brasil – embora provavelmente os africanos tenham sido

²² Frantz Omar Fanon, Martinica (1925 – 1961). Foi também militante dos movimentos de libertação nacional principalmente da Argélia.

importados para esse país em maior número do que para qualquer outra região do Novo Mundo e embora tenham constituído, em determinado período, a maioria da população em centros de concentração africana, como por exemplo a Bahia – o negro, *como unidade racial*, parece estar gradual, mas invariavelmente, desaparecendo assim como desapareceu o índio antes dele. Em toda a história brasileira, parece que a tendência foi para absorção gradual (mas completa), pela população predominante europeia, de todos os elementos étnicos. (PIERSON, 1945, p. 392).

Os fatos históricos contradizem a previsão de Pierson. Os povos originários e o povo negro no Brasil não desapareceram; tampouco foram absorvidos pela população europeia em sucessivos processos migratórios dos séculos XIX e XX²³. Não só o povo negro “estudado” por Pierson não desapareceu, como também o sofrimento ao qual o trabalhador negro do engenho e da cidade, de ontem e de hoje, não desapareceram. Tampouco, as lutas de ontem e de hoje por parte dos povos originários e povos negros por reconhecimento e justiça.

Alberto Guerreiro Ramos (1950), ao discutir o tema do racismo no Brasil o qualificou como “patologia branca”. Para Guerreiro Ramos (1950), existe um problema inconsciente do branco colonizado por europeus. Para o autor, o branco deveria romper com o eurocentrismo que o domina para que fosse revertida a sua patologia social. Nesse sentido nas relações inter-étnicas, o racismo é fruto da postura alienada do branco em que introjetou e permanece reproduzindo o colonialismo nos meios sociais e raciais.

Pinheiro (2014, p. 110) faz uma reflexão sobre esse comportamento na discussão sobre branquitude e branquidade, ao afirmar que “a ideia de branquidade como distinta de branquitude, está associada ao modo como se dá a reação à importância do conceito de raça como um conceito político”.

Prosseguindo no mesmo tema da branquitude e da branquidade, FOLLMANN (2001) o aborda a partir do processo de identidade e do processo de alienação presente entre negros e brancos. Conforme o autor (2012, p. 83):

²³ Análise realizada no Capítulo 2.

Sempre que se fala em identidades, ou melhor, em processos de identidade, vêm à mente, em primeiro plano, ideias de singularidades diferentes, de alteridades e de processos alternativos ou, mesmo, de processos de oposição. Muitas vezes isto desvia a nossa atenção de uma questão chave que são os processos de alienação. Trata-se de algo fundamental, termos presente que estes processos são, a rigor, a negação (ou esvaziamento) dos processos de identidade. O exercício de reflexão para construir o conceito de processo de identidade ajuda-nos a não deixarmos este aspecto de lado.

O autor argumenta que há uma significação no processo quando o indivíduo estabelece relações de temporalidade, passado, presente e futuro, entre seus projetos e trajetórias que o definem. Está consciente de todo o contexto que envolve a sua identidade ao incluir as experiências vividas no âmbito pessoal e coletivo (FOLLMANN, 2001).

Na mesma linha de interpretação de Follmann podemos agregar o argumento de Manuel Castells de que a construção da identidade constitui em um conjunto de ações em que “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização tendendo agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunal.” (CASTELLS, 2008, p. 79).

Ocorre que tal processo de produção de identidades, por vezes, traz no seu interior aspectos de exclusão, na medida em que, a produção dos significados de pertencimento é formulada no plano discursivo e também no plano das diferentes práticas da própria comunidade desconhecendo a diversidade social e étnica, fazendo com que a memória coletiva de uma comunidade ou de uma cidade não considere as diferenças sociais. Aspectos esses que já haviam sido apontados por Maurice Halbwachs em estudo elaborado na França nos anos vinte do século XX quando afirma que

É nas cidades menores, um pouco afastadas das grandes correntes ou naqueles países orientais, onde a vida é ainda regulada e ritmada como o era entre nós há um ou dois séculos que as tradições locais são mais estáveis, e que o grupo urbano aparece melhor, tal como é, e em outros lugares, em menor grau, quer dizer, como um corpo social que, em suas divisões e em sua estrutura reproduz a configuração material da cidade na qual está encerrado. Sem dúvida a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas enquanto o grupo evolui, a cidade em seu aspecto exterior muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. (HALBWACHS, 1990, p. 136)

Entendemos que no caso de Carlos Barbosa, a afirmação acima permite compreender vários aspectos. O discurso daqueles que se consideram herdeiros da cultura europeia e procuram de formas materiais, por meio de construções, monumentos, prédios, casas, estradas, ruas e de formas simbólicas por intermédio de um discurso sempre renovado, com o destaque da herança de uma cultura, de modos de pensar e agir, de formas de apresentar-se e representar-se, como herdeiros dos pioneiros.

Procuram manter na memória familiar e social a imagem de seus antepassados que transformaram a mata em picada, depois em casas e em pequenas fábricas e por último na cidade de hoje.

Em nome do passado dos pioneiros, consideram-se hoje os verdadeiros “donos” desse patrimônio material e simbólico porque herdaram tais propriedades de seus antepassados, ou seja, dos pioneiros, brancos europeus.

Tais representações, inclusivas para o grupo de herdeiros, exclui a um só tempo o outro, o desconhecido, o diferente, o não herdeiro dos pioneiros, o negro, o índio. Assim, podemos inferir, que na comunidade de Carlos Barbosa, persistem processos de tensão identitária e processos de alienação e exclusão.

Na análise de tais processos, uma das abordagens significativas e profundas na dimensão da vida social é a das relações inter-étnicas no interior

de uma comunidade. Partindo do pressuposto de que a identidade se processa entre indivíduos, seria importante compreender que independentemente da forma como uma etnia apresenta e representa a sua visão de mundo em sociedades como a de Carlos Barbosa, mesmo que não percebido ou negado, o outro é parte das relações.

Significa dizer que a consciência da relação com o outro está obscurecida quando conflitos percebidos por determinada etnia, no caso específico, a dos negros encontra em suas práticas cotidianas barreiras não resolvidas em um espaço social formalmente aberto de relações sociais.

Assim, os indivíduos têm introjetado valores coloniais acumulados durante os anos sobre a cor da pele e a falácia da superioridade branca em detrimento da negra. Para Follmann (2012), essas questões seriam consequência dos “processos de alienação” sofridos por ambos.

4.3 As relações étnico-raciais no município de Carlos Barbosa à luz dos referenciais teóricos

Os referenciais que estão sendo utilizados neste estudo constituem apoio de reflexão que apresentam um longo caminho de pesquisas e desbravamentos na temática em discussão, constituindo, portanto, norteadores de novos conhecimentos. Como referências que atuaram e atuam ainda hoje nos debates acadêmicos objetivando apresentar além de novas ideias e novos conhecimentos, apresentando uma visão epistemológica das áreas de conhecimentos ainda não aprofundados como a temática das relações étnico-raciais e a branquitude e branquidade envolvidas no município de Carlos

Barbosa à luz dos referenciais teóricos citados, das Leis número 10.639/03²⁴ e número 11.645/08 e do Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288/ 03²⁵.

No anseio de encontrar um sentido pessoal para a elaboração e construção do estudo, Florestan Fernandes, José Ivo Follmann e Stuart Hall tornaram-se o ponto de partida seguidos também por outros pensadores que deram o significado e o sentido pessoal que desejava para este estudo. Nessa trajetória complexa pela busca de material bibliográfico e referências, essas contribuições teóricas foram muito importantes para as reflexões desenvolvidas.

Entendemos que as perspectivas desses teóricos contribuem significativamente para explanarmos a temática e ampliarmos os estudos sobre a branquidade e a branquitude e os processos de identidade a partir das relações étnico-raciais em um contexto específico.

Os estudos realizados por Florestan Fernandes, bem como a sua trajetória de vida representam um dos mais importantes exemplos de comprometimento científico através da sociologia e de engajamento cidadão no combate ao racismo.

As ideias de Florestan Fernandes nos remetem a uma dimensão da dinâmica do cotidiano individual e coletivo construída pela História nas relações étnico-raciais:

Através de processos de mudança psico-social e cultural reais e sob certos aspectos profundos e irreversíveis, subsiste uma larga parte da herança cultural, como se o brasileiro se condenasse, na esfera das relações raciais, a repetir o passado no presente. Este mecanismo adaptativo só se tornou possível porque as transformações da estrutura da sociedade, apesar da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, não afetaram de modo

²⁴ Em 2003, a Lei 10.639 alterou a LDB (lei 9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da **história e cultura afro-brasileira**. No ano de 2008, a Lei 11.645 alterou novamente a LDB para incluir no currículo a obrigatoriedade do estudo da **história e cultura dos povos indígenas**. Assim, a legislação passou a exigir a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da **história e cultura afro-brasileira e indígena**.

²⁵ Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial e a ordem racial que ele presumia. Todavia, o simples fato de que tal mecanismo tenha vigência indica uma realidade histórica tormentosa. Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para “esquecer o passado” e para deixar que as coisas se resolvam por si mesmas. (FERNANDES, 1972, p. 25)

O contexto social apresentado por Florestan Fernandes é questionador. Há uma complexidade de entendimento sobre a “real realidade” brasileira que não seria só o “preconceito de cor”, mas o “preconceito de não ter preconceito”. Ou seja, é evidente que brancos e negros ocupam lugares diferentes nesse mundo. E o fato de existir conquistas legais, como por exemplo, a Lei Afonso Arinos²⁶ de 1951, que define o racismo como crime, não necessariamente contempla a totalidade dos sujeitos discriminados. Já alertava Florestan Fernandes em estudo publicado pela primeira vez em 1955, realizado na cidade de São Paulo, que:

O preconceito de cor não atinge de maneira uniforme todas as pessoas negras e mulatas. Não existem, portanto, condições para que todos sintam de forma semelhante os efeitos das manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor. Ambivalência de atitudes tem uma raiz mais complexa, o que não impede que se indique aqui um de seus fatores imediatos: o ressentimento criado pelo preconceito de cor. Ninguém gosta de falar do preconceito de cor livremente, nem os brancos nem os negros, como já vimos. É presumível que a alegria causada nas pessoas de cor pela inovação (introdução de legislação antidiscriminatória no país) provocou sentimentos contrários, de temor, insatisfação e talvez mesmo de vergonha ou de humilhação, por terem que admitir uma

²⁶ Lei Afonso Arinos - Lei 1390/51 | Lei no 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. [Art 1º](#) Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor. [Parágrafo único](#). Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

situação de inferioridade. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p.268).

Considera-se relevante a menção acima, como exemplo para melhor compreender os dados coletados nas pesquisas de campo em Carlos Barbosa. Tratando-se de uma comunidade de imigrantes de descendentes italianos (brancos), tradicionalmente fechada em sua cultura, a vida cotidiana na relação inter-étnica específica com o afrodescendente (negro) é vista como o “estranho”, o “diferente”.

É assim que os estudos de Follmann (2001) contribuem para um entendimento de que as relações são complexas consigo e com o outro e que são permanentes. Quando este apresenta o seu conceito de identidade, ele o apresenta como processo, expressando:

Permanente interação entre os sujeitos, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros, e carregando em si as trajetórias vividas por estes sujeitos, em nível individual e coletivo e na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores) em função de seus diferentes projetos, individuais e coletivos. (FOLLMANN, 2001, p. 59).

A fragilidade de laços comunitários faz com que o indivíduo esteja alienado e não perceba que sem interação não há um processo consciente na sua formação identitária. E como se torna consciente?

Stuart Hall (1997) faz referência a questão das origens e do que envolve o processo identitário no decorrer da vida do indivíduo.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual continuariam a manter certa correspondência... para a produção não do que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. (HALL, 1997, p. 108)

Ou seja, é nas relações com o outro que a identidade do indivíduo se auto processa tornando-se ao mesmo tempo individual e relacional. A partir das contribuições analíticas de Stuart Hall e dos demais autores acima mencionados, podemos compreender como são vivenciadas e explicitadas por meio de depoimentos, de observações e reflexões, as relações étnico-raciais em Carlos Barbosa.

4.4 Visibilizando invisibilidades

“Você vale o quanto veste”: conversando com Regina

Regina é uma das novas habitantes de Carlos Barbosa vinda do sul do Estado. Um dos fatos que trouxe Regina para residir nessa cidade foi a distância entre as cidades da serra. Ela é uma profissional da área da educação e desloca-se diariamente para as cidades vizinhas. Contou-me que é filha única de pais operários e que foi incentivada por eles a estudar, visto que eles não tiveram condições de frequentar a escola e assim concluir o estudo básico.

Na adolescência seus pais se separaram e ela ficou morando com a mãe. Relatou-me que não teve problemas com a separação dos pais por manter um bom relacionamento com o pai. Alguns anos depois, esse faleceu. Após concluir seus estudos universitários, saiu de sua cidade natal e deslocou-se para a serra fixando-se no município de Caxias do Sul onde fortaleceu sua profissão trabalhando com aulas de música em igrejas católicas e evangélicas. Em Caxias do Sul, conheceu a dura realidade do negro em uma comunidade de imigrantes italianos. Contou-me que teve que aprender a “lidar” com os brancos de lá para ser aceita naquela sociedade. Segundo ela, essa cidade serviu de experiência para enfrentar as dificuldades étnico-raciais em Carlos Barbosa.

Relatou que um dos seus primeiros contatos com Carlos Barbosa foi enquanto frequentava bares e restaurantes locais antes de residir na cidade quando era reconhecida principalmente por estudantes de Caxias do Sul e

Garibaldi que a reconheciam e cumprimentavam dizendo: “oi, profe! ”. A presença, com certa frequência a estes estabelecimentos formou, segundo ela uma ideia de que era pessoa de posses, o que facilitou nas tratativas para alugar uma casa na cidade conforme soube depois.

Quando perguntada se havia presenciado ou sofrido situações de preconceito, de descaso ou de desrespeito respondeu que sim. Uma das situações vivenciadas que podemos qualificar como de preconceito estético. Afirmando que logo após fixar residência na cidade, esteve certa vez em uma loja da cidade com uma amiga branca e chamou-lhe a atenção de que embora caminhasse pela loja e perguntasse o preço de alguns produtos para as vendedoras – todas brancas – não obteve resposta, fora ignorada. Perguntado para sua amiga por que tal fato estava acontecendo, a amiga lhe respondeu: “não se entra de bermuda numa loja dessas”.

Relatou outro episódio ocorrido na fila de um açougue, quando percebeu que um senhor branco que estava na fila logo atrás dela, a olhou fixamente e foi sutilmente afastando e afastando de perto dela o seu carrinho de compras. “Me olhou de cima abaixo e foi se distanciando na fila”. Contou-me ela que naquele instante que lhe veio naquele instante um sentimento estranho que a levou a comprar os bifes mais caros disponíveis naquele balcão.

Um terceiro episódio relatado por Regina, foi quando em um mercado da cidade, em que com uma amiga branca, passavam pelo caixa as mercadorias adquiridas e enquanto ela adiantou-se na esteira de empacotamento e sua amiga aguardava a passagem dos produtos pelo caixa, quando ela adiantou-se para ir empacotando os produtos que já haviam passado pelo leitor do caixa, ouviu de um funcionário a frase: “não pega no que não é teu”. Foi quando sua amiga, furiosa, respondeu ao funcionário do supermercado: “as compras são dela, não são minhas”.

Outro fato relatado por Regina é de que, mesmo residindo na cidade há mais de quatro anos, ainda observa que estando em companhia de colegas, amigos ou alunos, brancos, percebe uma diferença quanto ao atendimento nos restaurantes. Na quase totalidade das vezes é a última a ser perguntada do que

gostaria de escolher no cardápio. Observou inclusive que até quando está sob a companhia de crianças, as crianças têm tido a preferência no atendimento.

Relatadas essas quatro situações, Regina, com voz firme e tranquila disse-me: *“o tempo passou e fui aprendendo, aqui nesta cidade, você vale o quanto tu veste. Hoje eu sei lidar com eles aqui, eu tenho que pisar em ovos, mas não deixo passar por cima, me posiciono bem vestida, salto alto e nariz empinado”*.

Conforme Regina, ao final da entrevista ela afirmou que não deixou de frequentar lugares onde sofrera algum tipo de discriminação ou preconceito, de que não se esconde e não se intimida na cidade, de que a força na religiosidade, no caso, Regina é evangélica, a torna serena e forte procurando mostrar com a sua presença em lugares abertos a todos cidadãos e a todas as cidadãs da cidade, que a sua presença serve para que percebam as sutilezas do racismo, do preconceito social e do preconceito estético.

Dignidade e trabalho: escutando Maria Antônia

Maria Antônia, jovem negra, com menos de trinta anos, natural da região metropolitana de Porto Alegre, tem curso superior na área de gestão, um filho, é casada com um descendente de italianos e reside na cidade há pouco mais de dois anos.

Relatou-me que buscou emprego em sua área no município de Carlos Barbosa, durante cerca de um ano, mas não o encontrou, conseguiu posteriormente na cidade de Bento Gonçalves. Devido à dificuldade de horários e transporte, pois tinha que levar seu filho para a creche, visto que seu marido, operário, por necessidades de horários na empresa, não podia fazê-lo.

Tendo trabalhado em Bento Gonçalves durante alguns meses preferiu aceitar um emprego fora da sua área de formação e com menor remuneração e estabelecimento comercial na cidade.

Quando questionada sobre os motivos de durante um ano procurar trabalho em Carlos Barbosa e não o conseguindo deslocou-se para a cidade vizinha, Maria Antônia relatou que tão logo chegou na cidade candidatou-se a vagas de emprego tendo deixado seu currículo em várias empresas e em diferentes momentos e muitas vezes sequer ter sido chamada para a entrevista, explicou que provavelmente o fato de ser mulher negra teria contribuído para não conseguir a vaga.

Relatou ter tomado conhecimento, a posteriori, quanto a contratação de uma profissional branca com um currículo inferior ao seu, ter ocupado uma vaga para a qual ambas haviam se candidatado. Somando-se esse episódio às diversas vezes em que não fora sequer chamada para a entrevista, atribui, sim, ao fato de ser negra.²⁷

Questionada sobre ter aceito trabalhar na cidade de Carlos Barbosa na atividade em estabelecimento comercial a qual se encontrava em novembro de 2017 respondeu que a conseguira por indicações conhecidos de que estabelecimento comercial criado por empresários também recém-chegados na cidade, poderiam, talvez, acolhê-la positivamente. O que de fato ocorreu.

Maria Antônia relata que embora seja a única trabalhadora negra no estabelecimento, não sentiu e não sente qualquer dificuldade de relacionamento preconceito ou discriminação por parte dos colegas, ou das chefias, mas, um certo desconforto pelas atitudes de estranhamento e surpresa por parte de clientes brancos no estabelecimento. Sente-se por vezes como se, aos olhos dos outros, estivesse fora do seu lugar.

Assim mesmo Maria Antônia afirmou que continua realizando seu trabalho *“com o máximo de competência e disponibilidade e aprendendo a conhecer e se movimentar em um ambiente ainda pouco conhecido”*.

²⁷ Bastide e Fernandes citando o estudo de Edgard Santana apresenta um relato de um médico negro: “Na medicina socializada, apesar de vencedor, fui eliminado pela cor, não como nas regiões do sul dos EUA em que se diz claramente que a razão é a cor, mas de modo velado, o que é pior, com auxílio de artifícios que mascaram a linha de cor, e com os quais se espezinha a honra das vítimas... O setor da enfermagem é um dos que revelam mais nitidamente a discriminação racial; os pretos são afastados, e quantas vezes ouvi as histórias das enfermeiras de cor, vindas de outros Estados, que não conseguiram colocar-se em S. Paulo”. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p.165).

Quando perguntada se poderia agregar outro fato que tenha lhe chamado a atenção fora do espaço de trabalho, Maria Antônia relatou que continua levando e buscando seu filho na escola e que por mais de uma vez fora confundida como a babá da criança.

A dolorosa memória de Manuel

Manuel é um profissional liberal de quase sessenta anos, nascido, criado e residente em Carlos Barbosa buscou na memória, de décadas, um acontecimento que marcou sua vida quando recém entrava na adolescência. O depoimento deste senhor contribui com a ilustração de nossa reflexão, quando o mesmo diz,

“Sabe professora Damaris, me dói até hoje fatos que aconteceram comigo nesta cidade. Eu era o único aluno negro em uma grande escola de nossa cidade. Durante várias semanas, até hoje me pergunto o porquê, uma colega branca num período em que muitos de nós estudantes ficávamos gripados, assoava o nariz em um lenço, mostrava para mim e dizia: “olha aqui negro pra tu comer”. E isso se repetiu por várias vezes e eu contei para meu pai o que estava acontecendo de que aquilo estava me incomodando muito e meu pai disse: “filho deixa isso pra lá, é assim mesmo, isso vai passar”. Mas não passou. Até que um dia na sala de aula quando aquela menina se preparava para repetir o ato repetitivo, permaneci sentado em meu lugar esperando. E então, quando ela me mostrou o lenço sujo, antes que dissesse palavras me levantei, abaixei a minha calça, apontei para minha genitália e disse: toma aqui ó!²⁸ Foi então, que a colega começou a chorar e a gritar e se dirigindo à professora apontou para mim dizendo o que eu tinha feito. Fui retirado da sala imediatamente e levado para a secretaria onde foi determinado que eu só

²⁸ “Uma colega de grupo escolar tomou um tonel de salmoura e despejou-o sobre Gisela (uma branca) porque ela era ‘puro sangue’. A filha da patroa perguntou: mas onde está Gisela? A minha colega respondeu-lhe: veja, é um monte de sangue”. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p. 152)

retornaria à escola com a presença do meu pai. Voltando para casa contei para meu pai o que tinha acontecido. No dia seguinte, meu pai foi até a escola comigo. Chegando lá havia uma reunião, acho que uma espécie de um Conselho de Pais e Professores ou coisa parecida e meu pai entrou naquela sala. Eu permaneci do lado de fora até ser chamado para entrar na sala. Soube depois, por meu pai, que ele insistira junto aos presentes de que não apoiava minha atitude, de que não fora a educação que tinha me dado, de que eu deveria ser punido segundo as regras da escola, mas de que eu deveria estar presente e ser ouvido. Me chamaram na sala, quase nada pude dizer enquanto, já com o documento pronto, a direção decidira pela minha expulsão da escola. Foi quando meu pai perguntou: admito que seja correta a punição para meu filho, mas e com a colega que causou isso tudo, o que vai acontecer? E aí, houve um certo burburinho e nenhuma resposta a pergunta de meu pai. Logo em seguida a direção comunicou a minha suspensão das aulas por cerca de uma semana se não me falha a memória. Contei isso tudo professora porque até hoje quando lembro desse acontecimento fico pensando quantas e quantas vezes, nas escolas e fora delas, estudantes negros sofrem com o desrespeito, com o desconhecer do outro como uma pessoa, do outro como um igual, só quer ser tratado como gente. ”

Do Bairro ao Centro: dialogando com um líder comunitário

João Batista, um homem negro com mais de sessenta anos que ainda criança veio de Muçum (RS) com seus familiares, acompanhando o pai que trabalhava no Batalhão Ferroviário²⁹ participou deste estudo se dispondo a falar como vê a situação do povo negro em Carlos Barbosa destacando também as suas vivências na cidade.

²⁹ Batalhão Ferroviário era um órgão vinculado ao Ministério do Exército encarregado de planejar e supervisionar e em alguns casos construir ferrovias no Brasil. Atuou na região da Serra nos municípios de Carlos Barbosa e Bento Gonçalves a partir de 1943. (www.1bfv.eb.mil.br, acesso em 26/11/2017).

Enquanto professora eu já o conhecia por ter desenvolvido com meus antigos alunos um projeto de registrar biografias consideradas pelos próprios alunos, pessoas importantes pelos mais variados motivos na cidade, seja por serem pessoas mais antigas, comerciantes, líderes comunitários, etc. dessa maneira tive oportunidade de conhecer pessoalmente o sr. João Batista.

Quando o procurei novamente, no ano de 2016 e relatei que estava realizando estudos sobre relações inter-étnicas em Carlos Barbosa, o convidei para fazer um depoimento apresentando seu ponto de vista sobre a situação dos povos negros, a atuação dos negros na comunidade e na política, a atuação do povo negro no campo religioso, enfim, sua compreensão desta comunidade, Carlos Barbosa. Considerei-o importante no estudo por ser uma pessoa que tem transitado pela cidade de maneira atuante nos mais diversos espaços. E nesse ano, 2017, marcamos um encontro formal onde, a partir do roteiro de entrevista nos sentamos em uma biblioteca da cidade e ficamos por horas conversando.

Quando lhe perguntei se sofrera em algum momento discriminação, desrespeito ou coisa assim, ele me respondeu que desde que aqui chegou, com seus pais, sempre conviveu com pessoas, crianças, colegas descendentes de europeus e desde os anos que morou em localidade distante da cidade até a mudança para um bairro mais próximo referiu que sempre se sentiu tranquilo porque aprendeu a conviver rapidamente com as pessoas da comunidade. Declarou também que sua participação em atividades da Igreja Católica, contribuíram para conhecer e conviver na comunidade não tendo sofrido ao longo de todos esses anos, preconceito. Afirmando que nesses anos todos na comunidade, sente que construiu uma relação de confiança com pessoas de diferentes etnias e classe sociais. Destacando que o seu trabalho com crianças e grupos religiosos, não só católicos, mas também das religiões afro, tem demonstrado o seu bom relacionamento com as pessoas. Fez uma pausa e disse: *“sei que em nosso país o negro sofre desrespeito e preconceito, mas, sinceramente, isso nunca aconteceu comigo aqui.”*

Em seguimento à forma como vê a cidade, declarou que: *“em minhas atividades comunitárias e na política durante muito tempo eu visitava, fazia contato com as populações dos bairros da cidade, com os mais pobres e com grupos religiosos desses lugares também. Mas passei a me dar conta de que*

era muito importante pensar e atuar na comunidade como um todo. Na cidade. Sem deixar de lado os interesses das comunidades onde eu vivia, mas envolver também os outros grupos de pessoas que fazem parte da cidade de Carlos Barbosa. Foi aí que passei a visitar, conversar e participar de eventos mais centrais visitando escritórios, advogados e outros profissionais liberais, do comércio, da indústria por entender que a atividade comunitária na política precisa contemplar a todos”.

Foi quando pude perceber na fala de João Batista uma espécie de ruptura decorrente de suas vivências de quase sessenta anos em Carlos Barbosa quando ele disse que: *“eu tinha uma ideia de que estar no bairro com os pobres, com o povo, era estar no meu lugar, e de que estar na cidade, onde mora o pessoal mais rico, os outros, não era o meu lugar. Mas eu fui aprendendo e fui me sentindo um cidadão, que não tinha porque me esconder e hoje penso Carlos Barbosa mesmo com problemas e necessidades. Posso dizer professora Damaris, que sou um cidadão, uma pessoa que anda em qualquer lugar e que conversa com qualquer pessoa. Sinto que as pessoas me conhecem e me respeitam. Não prometo nada para ninguém, mas procuro conversar, trabalhar mostrando que é assim que se pode resolver os problemas que todos nós temos”.*

“O esporte ajuda a quebrar o preconceito”: dialogando com um atleta

Considerando que Carlos Barbosa tem forte presença nos meios esportivos brasileiros, principalmente por parte de uma equipe de futsal, busquei entrevistar atletas, preferencialmente daqueles que não nasceram na cidade para obter a visão dos mesmos sobre as relações étnico-raciais.

Fui atendida prontamente por um atleta negro nascido em estado do nordeste brasileiro que nos anos 2000, período em que constituiu família tendo casado com uma descendente de imigrantes italianos, atuou na equipe de futsal de Carlos Barbosa tendo retornado a mesma equipe em 2017.

Relatou-me logo de início que nunca sentiu preconceito seja no meio familiar de onde vem sua esposa, seja em outros ambientes da cidade. Reiterou ao longo da entrevista a ideia de que o esporte ajuda a quebrar preconceitos e entende que seja esportista ou qualquer outra pessoa, o *“negro não deve, em função da cor, sentir-se um coitado, tu tem que saber conviver com dificuldades e enfrentá-las. Sei que existe o preconceito, mas quem dá importância ao preconceito é quem sofre e alimenta as ações e não quem a pratica.”* Exemplificou com uma situação de jogo: *“pela posição que tenho na equipe, eu sou o batedor de escanteios, numa oportunidade, em um jogo em uma outra cidade, em três jogadas seguidas, a bola caiu no mesmo canto e eu fui cobrar o escanteio. Na primeira vez, quando me aproximei para cobrar, ouvi os que estavam ali próximo e torcedores da outra equipe gritarem “Vera Verão³⁰! Vera Verão! Eu ignorei. Na segunda vez continuaram gritando que remetia a cor da minha pele na tentativa de me perturbar. Na terceira vez, quando me aproximei para cobrar o escanteio, olhei para os torcedores e disse: “- de novo a bola me procurando nesse canto ao lado de vocês”. E abri um sorriso e eles sorriram também e não teve mais ofensas durante todo o jogo, e eu quebrei o gelo e a bola ía lá e a gente ria, eu e ele. No final tiraram foto comigo e tudo mais.*

Fez uma pausa e disse: *“eu poderia ter ido ao juiz e pedido que constasse as ofensas em súmula, eu poderia ter ido a delegacia de polícia e lavrado um B.O., mas não, eu não fiz e não o faria. Por que eu iria fazer? Eu acho que sou mais inteligente do que eles quando levo na brincadeira o que falam. Não dou bolas. É assim que eu faço, eu tenho uma postura de brincar. Brincamos entre nós atletas. Tem uma brincadeira que fazemos no clube. Tem um companheiro muito, muito branco, em dia de sol forte a gente às gargalhadas perguntamos: - cadê o fulano? E quando, por brincadeira alguém apaga a luz do vestiário alguém pergunta: cadê o Joelson? A gente brinca. E todos nós sabemos identificar quando uma brincadeira pode ser maldosa ou não”.*

Mencionou de outra parte tendo observado ao longo do tempo em Carlos Barbosa, a questão do modo de se vestir. *“Enquanto numa cidade grande do*

³⁰ Vera Verão, personagem do ator Jorge Lafond falecido em 2003 que atuou nos anos 90 no programa A Praça é Nossa do SBT.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u495825.shtml>. Acesso em 20/11/ 2017.

nordeste ou São Paulo tu pode sair como quiser, se vestir como quiser, aqui não é assim. Tu tem que se vestir bem”.

Ao longo dos trabalhos de pesquisa, desde os estudos exploratórios até a realização de entrevistas formais, chamou-me a atenção o fato de que descendentes de europeus brancos, tanto homens quanto mulheres de diferentes profissões, embora tenham concordado em conversar sobre o tema das relações étnico-raciais na cidade, a quase totalidade, não concordou com a gravação das entrevistas e nem mesmo de que eu fizesse anotações.

Não menciono este fato para justificar um trabalho não realizado, mas para refletir sobre uma característica de comportamento dúbio, que ao concordar em conversar sobre o tema, ao mesmo tempo buscou produzir o cerceamento da pesquisa e por isso não menciono neste estudo o conteúdo daquelas conversas realizadas.

Duas foram as exceções: um agricultor residente no interior do município, com aproximadamente 55 anos, descendente de europeus e um engenheiro também descendente de imigrantes europeus, residente em Carlos Barbosa há cinco anos que não só concordaram em conceder entrevista como entenderam a importância do estudo que estava realizando.

Destaco no depoimento do engenheiro:

“Como de costume diário, à tarde cheguei na academia em que frequento no Centro da cidade. Cumprimentei meu personal e me dirigi à esteira para iniciar minhas atividades. Enquanto caminhava observei uma mulher negra no balcão de entrada mexendo em seu celular. Naquele momento, fiquei indignado com o que vi. – Como é que ninguém diz nada para esta faxineira que não larga do celular? Considerei que ela estaria em seu horário de trabalho e não deveria estar manipulando um celular. Continuei os exercícios e também observando tal mulher que permaneceu na mesma atividade por um bom tempo. Eu mudei de exercício e acabei esquecendo-me dela. De repente, meus olhos correram pela

academia e qual não foi minha surpresa ao vê-la caminhando em uma esteira e acompanhada de um personal trainer".³¹

Pedi-lhe uma melhor explicação sobre seu relato. Respondeu-me: *"o que acabei de dizer e tenho pensado nisso o quanto o racismo é forte e impregnado no inconsciente das pessoas. Mesmo um profissional como eu, que tenho defendido igualdade, respeito às pessoas, vi-me numa situação com a qual procuro lutar contra, de uma manifestação de racismo inconsciente, mas presente. Penso que a educação permanente, principalmente começando pelas crianças, é que poderá construir uma sociedade de igualdade, de respeito ao diferente, seja negro ou não"*.

O relato a seguir foi de uma situação por mim presenciada à saída de um restaurante e que configura segundo entendo uma atitude de profundo racismo disfarçada sob a forma de piadas e que é entendida por aqueles que a praticam como uma simples brincadeira, sem maior consequência. Vamos ao relato.

Na saída de um restaurante, com uma amiga e seus dois filhos, encontramos um cidadão conhecido de minha amiga e seus filhos. Quando ouvimos as seguintes palavras dirigidas aos meninos e sua mãe: *"- como assim, vocês aqui suzinhos? Cadê o pai?"* Aí o menino mais novo disse que seu pai estava trabalhando. *"- máh non! Eu vi ele agora há pouco em Bento passeando bem agaradinho com uma pretinha bem suja"*. Nesse momento os meninos arregalaram os olhos e miraram na mãe e a mãe olhou direto para mim que mesmo achando graça da "brincadeira" disse ao senhor: *"- tu está louco falar assim? Essa minha amiga faz pesquisa sobre racismo na cidade"*. Então o senhor olhou-me com certa surpresa e disse: *"- máh non, eu non tô falando sério. É só uma brincadeira. Deus me livre de ser acusado de racismo"*. Considerei encerrada a situação, porém não havia encerrado. Novamente o senhor chamou os meninos e disse: *"- non se preocupe que non era ton sujinha, era só pretinha"*.

A partir dos relatos mencionados, dos diálogos, das experiências aqui relatadas, entendemos oportuno refletir sobre alguns pontos relevantes seguindo

³¹ "Um negro de boa posição social quer entrar numa *boite*. O porteiro aborda-o: Por favor, entre pela porta de serviço. – Uma preta está à janela. Um vendedor ambulante passa: - Vá dizer à patroa que tenho frutas bonitas. – Mas eu sou a patroa. – Não brinque, não tenho tempo a perder. Vá avisar a patroa". (BASTIDE, FERNANDES, 1971, p. 160).

o aporte reflexivo de Axel Honneth (2009) sobre a autoconfiança, o autorespeito e a autoestima, elementos centrais daquilo que o autor qualificou como reconhecimento, ou seja, a constituição de um sujeito pleno na sociedade.

Tem-se nos relatos, desde manifestações e posturas pelo reconhecimento até consistentes manifestações de racismo e discriminação. Na forma inconsciente de uma piada ou de uma impressão de que uma mulher negra com um telefone celular à mão estaria *fora de seu lugar*, de uma atitude que silencia diante de uma pergunta “quanto custa esta mercadoria”? De um grito de torcedores dirigidos a um atleta: “Vera Verão! Vera Verão!” Ou da voz de uma trabalhadora quando diz “causo surpresa aos clientes quando percebem que sou a única pessoa negra no estabelecimento comercial”, quando a memória traz à memória cinquenta anos depois: “toma negro pra ti comer”, quando se escuta “eu aqui nesta cidade tenho que pisar em ovos” “eu aqui nesta cidade tenho que estar bem vestido”, o quanto de distância, de dificuldades, de diálogo ainda é necessário para que se tenha uma Comunidade.

Demonstram também o quanto é difícil para o negro de Carlos Barbosa, experienciar o afeto e o respeito de todos, partilhar das práticas de reconhecimento jurídico que fortaleçam o auto respeito e a coragem de lutar em defesa de direitos.

Também a experiência da solidariedade, central para se falar em uma cidade que tenha como referência a autoestima de cada um em relação aos demais, e o quanto a cidadania real, isenta de pré-conceitos e desigualdades ainda espera o tempo de acontecer, o tempo de fazer.

Fazer uma cidade onde “o um vê no outro o eu”, constitui para Carlos Barbosa um longo caminho a percorrer. E uma das tarefas é a de visibilizar o invisível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das relações inter-étnicas no Brasil desde a Colônia até o presente tem sido uma história de desencontros, de violências e de exclusões. Não significa que se desconheça as transformações ocorridas em quinhentos anos, duzentos dos quais, sob o capitalismo em que o país passa a fazer parte da lista das nações modernas.

Estar nos quadros da modernidade e sendo reconhecido na primeira década do século XXI como um dos países economicamente mais importantes, leva a pensar por parte de amplos setores internos e, aos olhos de uma opinião pública internacional, de que vivemos no melhor dos mundos, de progresso, boas condições de vida, acesso a bens e serviços, democracia política e outros qualificativos positivos em relação ao Brasil.

Mas essas são imagens de superfície. Nos subterrâneos da memória e das práticas sociais, principalmente no que se refere ao que chamamos hoje de mundo do trabalho, que é a base onde são construídos os chamados progresso e desenvolvimento, estão escondidas, silenciadas, invisibilizadas atrocidades, violência e discriminação. Não é por acaso que o pintor holandês Zacharias Wagener reproduziu, em 1641, os negros escravizados como uma massa sem forma e sem rosto e que os “republicanos de 35” em seu hino, cantado em prosa e verso até os dias de hoje, considerem o povo negro “sem virtudes” e, portanto, “naturalmente” serem mantidos escravos.

Desde o ingresso do Brasil (quando ainda não era Brasil), no século XVI, no mercado internacional de produtos a mão-de-obra servil primeiro dos indígenas e depois, por quase quatro séculos, a dos africanos escravizados e trazidos para a Colônia, formaram a base dos chamados ciclos econômicos: do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e do café. E mesmo com os processos migratórios e formação do colonato no Sudeste e das propriedades de imigrantes no Sul, a mão-de-obra servil continuou a ser a fonte da riqueza e do poder de poucos.

Cafeicultores e estancieiros brancos, descendentes de portugueses, na exploração do gado, do charque e do café, continuaram a extrair a força e o sangue de africanos escravizados. E, quando essa mão-de-obra se tornou escassa, onerosa e, em parte, tornou-se livre por processos de luta que levaram à abolição da escravidão no Brasil em 1888 os patrões a descartaram. Um descarte como se fossem lixo, como se fosse algo imprestável.

O discurso do branqueamento, da europeização dos trabalhadores, objetivado por projetos de imigração implantados ainda no Brasil Império, fizeram parte desse longo processo de exclusão.

O povo negro libertou-se por suas lutas mas ingressa no Brasil República como um povo párea de uma sociedade que o rejeita. Proibidos de ir às escolas durante o Império e sem acesso à escola na República, permaneceram como “sobras” sobre as quais, o favor e, por vezes, a caridade predominavam, ou a polícia e a violência se encarregavam de tomar conta. A maioria dos escravizados ficou ao léu, abandonada a sua própria sorte.

Nenhuma reforma agrária, nenhuma reforma urbana e as proibições de serem contratados inclusive por agricultores familiares e imigrantes serviram de lastro para o surgimento das favelas, dos cortiços das cidades da Velha República até a “Novíssima” de nossos dias e do aumento das distâncias econômicas e sociais do povo negro no “mundo dos brancos”.

Quando falamos em “mundo dos brancos”, temos diferentes “brancos” em posição de poder. Há que se diferenciar os descendentes de portugueses que receberam sesmarias tornadas estâncias no século XVIII e cafezais no século XIX dos imigrantes europeus trazidos no século XIX, muitos deles enganados pelos novos comerciantes e agenciadores de trabalhadores livres que eram predominantemente camponeses e operários pobres vindos da Alemanha no início do século, e da Itália na segunda metade, para tentar melhorar sua condição de vida no Novo Mundo.

No caso dos imigrantes italianos como apontado no estudo, uma parte foi contratada sob o sistema de colonato no Sudeste e outra, transformada em proprietários familiares de pequenos lotes como foi o caso daqueles que foram povoar a Serra Gaúcha.

Apontamos que os imigrantes passaram por muitas situações de violência e de sofrimento, mas analisando numa perspectiva histórica e tomando em conta que a ocupação do Brasil por parte dos setores dominantes tinha como fundamento ideológico desqualificar o povo negro e realizar um processo de branqueamento do país, vamos constatar que as inúmeras formas de violência e de crueldade às que foram submetidos o povo negro tenham sido infinitamente superiores.

No capítulo em que tratamos das relações étnico-raciais em Carlos Barbosa, foi possível constatar que hoje, em pleno século XXI, não mais com castigos físicos como no passado, mas sob formas sutis de violência simbólica permanece o povo negro, como seus antepassados, submetido em grande medida à vontade dos brancos.

Viver, trabalhar, construir uma identidade positiva num diálogo inter-étnico, na região aqui estudada ainda se encontra distante das práticas cotidianas. Contribuir com a construção de práticas solidárias de respeito e de reconhecimento constituem necessidades urgentes de todo e qualquer cidadão e cidadã branco, negro, pardo ou de qualquer outra etnia. Educar para a convivência digna constitui desafio de todos os dias.

No início dos anos 1950, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos disse com todas as letras: “o Brasil é o país mais racista do mundo” (citado em SHIOTA, 2014, p. 73). Estamos na segunda década de um novo milênio. Quantas décadas ou séculos serão necessários para tornar sem efeito a afirmação de Guerreiro Ramos?

Pensar e dialogar com Guerreiro Ramos de ontem e com os “guerreiros e guerreiras ramos” de hoje foi o que procurei fazer no estudo aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII**. Salvador, 2012. 255f.: il. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Luciana. **O valor da Brancura** - considerações sobre um debate pouco explorado no Brasil. Cadernos Cenpec, v. 2, p. 1-1, 2013.

ALVES, Luciana. **Ser branco no corpo e para além dele**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. v. 1. 222p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Pt): Edições 70, 1977.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. **Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BASTIDE, Roger. FLORESTAN, Fernandes. **Branco e Negro em São Paulo**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di Paese : as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'eu (1884-1925)**. 2004. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro / Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Marco Tsuyama. **Da iluminação das cidades no século XIX às biorrefinarias modernas**: história técnica e econômica da gaseificação. 2014. Dissertação (Mestrado em Energia) - Energia, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-11032014-171935/pt-br.php>. Acesso em: 21 out. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaigang : as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2011.

DREHER, Martin. **190 Anos de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: Esquecimentos e Lembranças**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FANON, Franz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEE – Fundação de Economia Estatística. Resultados IDESE 2014. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2014>, acesso em 30 set. 2017.

FELIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. Revista. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FOLLMANN, José Ivo. **Identidade como conceito sociológico**. Rev. Ciências Sociais Unisinos. Vol. 37, N. 158, 2001, pp.44-65.

FOLLMANN, José Ivo. **Processos de Identidade versus processos de alienação: algumas interrogações**. Rev. Identidade! São Leopoldo: EST., 17, n 1, janeiro – março, 2012, pp. 83 – 89.

FOLLMANN, José Ivo (Coord.). **Processos de identidade, relações étnico-raciais e relações religiosas**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

FREYER, Hans. Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional e USP, 1973.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: Senac, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2.ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?&t=o-que-e>. Acesso em: 04 nov. 2016.

KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. **RS: terra & poder: história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX**. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf. Acesso em: 07 nov. 2017.

LEI Nº 1.390, DE 3 DE JULHO DE 1951. [Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor]. Publicado por Presidência da República (extraído pelo Jusbrasil) - Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128801/lei-afonso-arinos-lei-1390-51>. Acesso em 22 jun. 2016.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. [Obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira]. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 22 jun. 2016.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. [Obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena]. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em 22 jun. 2016.

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. [Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial]. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em 22 jun. 2016.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MIGOT, *Aldo Francisco*. **História de Carlos Barbosa**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1989.

MONSMA, Karl. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: Estratégias de dominação e de resistência. **5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE. NO BRASIL MERIDIONAL**. Maio, 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Campus Universitário Porto Alegre, RS. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/monsma%20karl.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Teorias do Racismo. In: MUNANGA et al. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 1998. P. 43 – 65.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: ANASTSIA, Carla M. J., PAIVA, Eduardo F. **O trabalho mestiço – maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume, 2002.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes; em três instituições de ensino superior no sul do País**, 2011. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo, RS, 2011.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **O espelho quebrado da branquidade: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante**. São Leopoldo, Casa Leiria, 2014. V.1 (Coleção NEABI: refazendo laços e desatando nós).

RAMOS, Alberto Guerreiro. O negro no Brasil e um exame de consciência. In: NASCIMENTO, Abdias et al (org.) **Relações de Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. P. 33 – 46.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCOTTÁ, Romildo; CARLOTTO, Fernando. **A Emancipação - Carlos Barbosa Ontem e Hoje**. Carlos Barbosa: Ed. dos autores, 2006.

SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, M. A. A.. (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005, v. , p. 27-46.

SHIOTA, Ricardo Ramos. Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil. **Temáticas**. Campinas, 22, (43): 73-102, fev./jun. 2014.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 07 dez. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Priscila Elisabete da. **Contribuições aos estudos da branquitude no branquitude brasil: e ensino superior**. Revista da ABPN • v. 6, n. 13 • mar. – jun. 2014, p. 08-29.

SOARES, Ana Paula. **“Mande notícias do mundo de lá...” o cotidiano nas colônias do rio grande do Sul, através da palavra de imigrantes italianos: 1875-1889**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOARES, Luiz Carlos. **A escravidão industrial no rio de janeiro do século XIX**. 27 p. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_luiz_carlos_soares_a-escravidao-industrial-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xix.pdf. Acesso em: 01 out 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VANGELISTA, Chiara. **Dal vecchio al nuovo Continente: L'immigrazione in America Latina**. Torino (It): Paravia, 1997.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991.

APÊNDICE A

Entrevista e questionário sobre relações étnico-raciais em Carlos Barbosa

1. Questões pessoais:

- A. Qual o seu nome? _____
- B. Qual sua origem étnica? _____
- C. Qual sua profissão? _____
- D. Idade? _____
- E. Qual sua cidade natal? _____

2. Questões Específicas

- A. Conte-me um pouco da sua história de vida (infância, juventude e adultez)
- B. Na tua rede de relações sociais, tem brancos? E negros?
- C. A comunidade em Carlos Barbosa é preconceituosa?
- D. Como o (a) senhor (a) vê a convivência social entre negros e brancos aqui em Carlos Barbosa?
- E. Existe racismo em Carlos Barbosa?
- F. Tu percebes que as pessoas entendem o que é racismo?
- G. Tu tens conhecimento da existência de movimento negro em Carlos Barbosa?
- H. Hoje, é possível dizer que há avanços na igualdade racial aqui em Carlos Barbosa?

APÊNDICE B



Sobre os mestiços no Brasil

João Batista Lacerda

Primeiro Congresso Universal das Raças
Londres, 26-29 de julho de 1911

À sua excelência marechal Hermes da Fonseca, presidente
da República dos Estados Unidos do Brasil.
Em sinal de simpatia e gratidão, dedico esse trabalho.

O autor.
Paris, 26 de julho de 1911.

Comunicação apresentada a esse Congresso pelo doutor João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, membro honorário do mesmo Congresso, membro correspondente de diversas sociedades científicas da Europa e da América, professor honorário da Faculdade de Medicina da Universidade do Chile, delegado do Brasil no Congresso de Londres e encarregado de representar o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, marechal Hermes da Fonseca, nomeado vice-presidente honorário do Congresso.

Os limites estreitos dentro dos quais me confino, para obedecer às prescrições do Comitê Executivo, não me permitem redigir um relatório com toda a extensão que o assunto comportaria. Eu não apresentarei nada além de uma breve nota, sem grandes desenvolvimentos, que remete aos pontos essenciais e verdadeiramente importantes da questão.

Essa questão dos mestiços, considerada do ponto de vista antropológico e social, tem no Brasil uma importância extraordinária, sobretudo porque na população misturada desse país a proporção de mestiços é muito elevada e os descendentes do cruzamento do negro e do branco têm igualmente uma representação social e política considerável.

A fim de poder, um pouco mais adiante, estabelecer algumas induções quanto ao futuro dos mestiços no Brasil, nós nos vemos, a princípio, obrigados a reter como um ponto de

* Tradução de "Sur le métis au Brésil" (*Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911*, Paris, Devouge, 1911.); tradutores, Eduardo Dimitrov, Íris Morais Araújo, Rafaela de Andrade Deiab. N.E.

¹ Eu tive de obedecer a uma das regras do programa do Congresso, que não permite que um trabalho a ser apresentado seja composto por mais de 4.800 palavras.

Previsões são sempre traiçoeiras

partida uma questão antropológica que muitos consideram ainda não resolvida, e que consiste em saber se é possível considerar os brancos e os negros como duas raças ou duas espécies. Os poligenistas os tomam como duas espécies do gênero *Homo*, baseando-se na diferença de características físicas que separam o negro do branco e que, segundo eles, é mais profunda do que aquelas que existem entre muitas das espécies do reino animal. Esses que argumentam deste modo esquecem-se, contudo, que a mesma diferença de características físicas se observa entre raças da mesma espécie, como, por exemplo, na espécie de *Canis familiaris*, e em algumas espécies de pássaros nas quais a seleção natural ou artificial produziu uma diversidade de raças cujas características físicas de cor, forma e estatura são mais diferenciadas ainda do que aquelas que diferenciam o homem branco do negro. A ciência não possui ainda um critério infalível para distinguir as raças das espécies, e o único meio que permite estabelecer essa diferença sobre certa base é a fecundidade ou infecundidade dos descendentes do cruzamento de duas supostas espécies. *Se seus descendentes continuam a se reproduzir em gerações sucessivas, seus reprodutores constituem uma raça; se, ao contrário, esses descendentes mantêm-se estéreis, seus reprodutores que efetuaram o cruzamento constituem uma espécie.*

Aceitando esse critério, que me parece mais fisiológico e natural do que todos os outros, não tenho nenhuma dificuldade em admitir que o homem branco e o negro formam duas raças, e não duas espécies, visto que ninguém ignora que os mestiços, descendentes do cruzamento do branco com o negro, são fecundos durante uma longa sucessão de gerações.

Se, no entanto, o branco e o negro isoladamente conservam por tempo indefinido os caracteres próprios de sua raça – o que constitui a fixidez –, isso não é o mesmo para o produto do cruzamento deles, os mestiços. Estes não formam uma raça verdadeira em função da falta de fixidez de muitas características físicas que estão sujeitas a variar a cada cruzamento novo, tendendo ora ao tipo branco, ora ao tipo negro.

Essa tendência inata do mestiço, privando-o de qualidades próprias de uma raça fixamente constituída, tem um valor considerável nas transformações que sofrem, durante o curso dos anos, as populações misturadas, nas quais os cruzamentos não obedecem a regras sociais precisas; nas quais os mestiços têm toda a liberdade de se unir aos brancos, criando produtos que se aproximam cada vez mais do branco que do negro.

E é essa, precisamente, a condição atual das populações mistas do Brasil.

O negro, quase completamente selvagem, comprado dos feitores africanos e transportado à costa do Brasil pelos traficantes portugueses até a metade do último século, chegava aqui no estado de mais completo embrutecimento no qual é possível decair uma raça humana. Os aventureiros que exploravam nesta época as terras férteis do Brasil tratavam-nos pior do que a animais domésticos, infligindo-lhes provas das mais cruéis e humilhantes. Durante a travessia do oceano, ao menor sinal de rebelião, eles os sufocavam no porão dos navios, fechando as escotilhas e despejando, nesta atmosfera confinada, sacas de cal. Uns morriam de fome, outros de sede, outros ainda asfixiados por suas próprias emanções que, em grande quantidade, viciavam o ar ambiente. Os governos de algumas nações civilizadas se revoltaram contra essa desumanidade, que não pesava em nada na consciência desses carrascos. A Inglaterra, dentre outras [nações], viu-se obrigada a tolerar os corsários para pôr a termo esse tráfico vergonhoso.

Lilia Moritz Schwarcz

Depositados nas praias, nos lugares mais escondidos e menos acessíveis aos corsários, essas massas humanas eram divididas em lotes que se vendiam aos proprietários de terras, sem o pesar de separar as mulheres de seus maridos, os filhos de seus pais, ao capricho de destinos diversos. Foi assim que, para cultivar o solo, os portugueses introduziram no Brasil cerca de dois milhões de negros. Essa nefasta imigração forçada de escravos pesou sobre os destinos do Brasil até os nossos dias, implicando em resultados morais desastrosos que não desaparecerão a não ser com a lenta ação do tempo.

Os negros, recentemente chegados, eram transportados para o interior do país, onde morriam em massa depois de terem provado misérias de toda natureza. O que surpreende, nesse estado de coisas, é que os senhores,

sem nenhuma delicadeza, fizessem de concubinas suas escravas. Naturalmente essas uniões entre brancos e negros tornaram-se rapidamente muito frequentes. Foram necessários poucos anos para se ver os arredores das propriedades rurais povoados de mestiços. Estes partilhavam da condição de seus pais, ficando também sob o jugo de senhores comuns. Como eram mais ativos e inteligentes que os negros, eles penetraram logo a casa-grande e se dedicaram aos serviços domésticos. Muitos conquistaram a estima de seus senhores e de seu círculo social. E alguns faziam mostra de real inteligência e devoção por seus patrões; esses últimos, num sentimento de reconhecimento, alforriavam esses indivíduos excepcionais e procuravam dar-lhes um rudimento de educação artística. Foi assim que muitos se tornaram hábeis mecânicos, carpinteiros, marceneiros e mesmo alfaiates. Nós conhecemos pessoalmente um mulato liberto que devia apenas às suas próprias capacidades o diploma de doutor em medicina ao qual ele fez honra durante toda sua vida.

A ascensão dos mestiços na escala social, que começou desde o tempo da escravidão, continuou lentamente até hoje, seguindo as leis da seleção intelectual.

Deve-se, além disso, fazer justiça aos sentimentos gerais da maioria dos brasileiros proprietários de escravos; eles deram prova de um espírito verdadeiramente cristão ao adoçar o tanto quanto possível a sorte dos filhos dos escravos nascidos em suas terras. Quantas vezes nós vimos senhores que não tinham nenhum problema de incluir à mesa da família seus pequenos escravos mulatos. Eles cuidavam da sua alimentação, das suas roupas e os tratavam durante a doença com doçura e bondade. As mulatas se apresentavam frequentemente vestidas segundo a moda, ornadas de joias, seguindo as filhas de seus mestres aos passeios, à igreja e às festas públicas, preenchendo o ofício de damas de companhia. Não era tampouco raro ver o filho do senhor acompanhado por um mestiço de mesma idade nas caçadas, nos passeios a cavalo, nos bailes campestres frequentados por pessoas de todas as classes. Em geral, os proprietários de escravos escolhiam, para alimentar seus filhos, negras ou mulatas. Essas afortunadas criaturas, uma vez seu dever cumprido, eram libertas; continuavam quase sempre a viver livremente sobre o mesmo teto, e gozando de diversos privilégios. Utilizavam os velhos negros apenas para serviços muito leves e, no resto do tempo, entretinham as crianças de seus proprietários, contando histórias pitorescas muito próprias para impressionar a imaginação infantil.

É de propósito que nós citamos esses fatos, porque os julgamos precisamente muito importantes para explicar como os vícios do negro foram inoculados na raça branca e na mestiça. Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte,

Previsões são sempre traiçoeiras

superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana, baixo sensualismo: tal é a triste herança que recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais; ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos.

O encontro do português e do negro nas possessões do Novo Mundo tomou um caráter bem diferente daquele que os anglo-saxões souberam manter na presença da mesma raça. Enquanto o português não temia se misturar com o negro e constituir uma descendência, o anglo-saxão, mais zeloso da pureza de sua linhagem, manteve o negro à distância, e serviu-se dele apenas como um instrumento de trabalho. E é um fato curioso e notável que nem a ação do tempo nem outros fatores jamais puderam fazer mudar essa atitude primeira dos americanos do norte, que mantêm até a atualidade a raça negra separada da população branca. Para a desgraça do Brasil, é justamente o inverso que aqui tomou lugar; o branco se misturou ao negro com tão pouca discriminação que se constituiu uma raça de mestiços, hoje dispersa por uma grande parte do país.

As deduções de Galton sobre as raças mestiças de animais não podem ter uma aplicação completa na mestiçagem do homem. Neste último, a hereditariedade das qualidades morais e intelectuais não obedece a regras fixas, absolutas. Sob a influência de fatores cuja natureza nos escapa, as qualidades intelectuais alcançam, frequentemente, nos produtos de cruzamento entre brancos e negros, um grau de superioridade cuja explicação não se encontra na hereditariedade nem longínqua, nem imediata. Uma força obscura, desconhecida, faz florir neles uma inteligência capaz de atingir um desenvolvimento que não foi apanágio de nenhum de seus ascendentes. É comum, com efeito, ver nascer de um branco, dotado de uma inteligência medíocre, cruzado com uma negra das mais incultas, um rebento que goza de altas qualidades intelectuais; como se um dos efeitos da

mestiçagem no homem fosse precisamente afinar a inteligência, sem elevar entretanto o sentimento ou as qualidades morais e afetivas próprias aos indivíduos das duas raças cruzadas.

Porém, ainda que não se possa dizer que pelas suas formas e traços os mestiços sejam exemplo de beleza, é bem verdade que, sobretudo no sexo feminino, encontram-se tipos de formas graciosas e bem proporcionais. Os instintos voluptuosos são muito desenvolvidos na maioria, e eles se revelam no olhar lânguido, nos lábios espessos, no tom indolente, ligeiramente arrastado da voz. Geralmente eles são pouco musculosos e parecem oferecer pouca resistência às doenças. A tuberculose, sobretudo, faz entre eles numerosas vítimas. Eles são, habitualmente, corajosos, cheios de audácia, inteligentes, bem falantes e dotados de uma imaginação muito viva. Do ponto de vista moral, entretanto, é preciso reconhecer que não se pode confiar cegamente em sua lealdade ou em sua probidade. Eles têm os cabelos negros ou castanhos, algumas vezes aproximando-se do ruivo; raramente são lisos, mas ao contrário, são quase sempre crespos. Seus olhos são castanhos escuros e claros, às vezes esverdeados; seus dentes, menos resistentes e regulares do que aqueles da raça negra. Em alguns o prognatismo alveolar, tal como a coloração escura da mucosa gengival, são perfeitamente visíveis. Sua cor é inteiramente variada, desde o amarelado ou cor de oliva escura até o branco fosco. Eles são em geral dolicocefalos e platirrinos; o índice cefálico e o nasal variam portanto sobre uma escala de vasta extensão.

Lilia Moritz Schwarcz

Como trabalhadores do campo, os mestiços são visivelmente inferiores aos negros, de quem não herdaram nem a robustez física, nem a força muscular. Eles mostraram poucas aptidões para a vida comercial ou para a vida industrial; em geral dissipam suas posses, têm uma inclinação irrefreável para a ostentação, e são pouco práticos em seus negócios, volúveis, sem perseverança em seus empreendimentos. Ninguém, no entanto, pode negar sua inteligência viva, suas tendências literárias e científicas ou sua capacidade política. No Brasil, os mestiços ofereceram até hoje poetas de grande inspiração, pintores, escultores, músicos distintos, magistrados, jurisconsultos, oradores eloquentes, literatos notáveis, médicos e engenheiros que se apresentam sem comparação, graças às suas aptidões técnicas e capacidades profissionais. Como homens políticos, eles são hábeis, insinuantes, sabendo admiravelmente aproveitar as ocasiões favoráveis para conquistar as posições; em geral são enérgicos e corajosos na luta, onde empregam indiferentemente todas as armas. Depois do que acabamos de afirmar, vê-se bem que, contrariamente à opinião de diversos escritores, o cruzamento da raça negra com a raça branca não resulta, em geral, em produtos de uma intelectualidade inferior. E, se esses mesmos produtos não podem rivalizar em outras qualidades com as raças mais fortes do tronco ariano; se, como estas últimas, elas não têm um instinto de civilização muito acabado, não restam dúvidas de que não se pode mais colocar esses mestiços no nível de raças realmente inferiores: que eles são física e intelectualmente bem superiores aos negros, que entraram como elemento étnico de sua formação.

A colaboração dos mestiços no progresso e avanço do Brasil é notória, e está longe de ser de pouco valor. Foram eles que tiveram o maior papel na campanha, levada por vários anos no Brasil, em favor da abolição da escravidão. Eu poderia citar aqui os nomes célebres de mais de um desses mestiços que se colocou à cabeça desse movimento libertador; eles combatiam com firmeza, com intrepidez, por meio da imprensa, na tribuna de conferências públicas; eles afrontaram com coragem os maiores perigos aos quais suas vidas se encontravam expostas, lutando contra os poderosos proprietários de escravos que se encontravam protegidos pelos governos conservadores do Estado. Eles deram prova de sentimentos patrióticos, de abnegação e de valor durante a longa campanha do Paraguai, combatendo heroicamente na abordagem de navios na batalha naval de Riachuelo, e nos ataques dirigidos contra o exército brasileiro, em numerosas ocasiões memoráveis dessa longa guerra sul-americana. Foi ainda, graças a seu apoio, que a República pôde se levantar sobre as ruínas do Império.

Os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força desde a Proclamação da República. A porta aberta por esse regime a todas as aptidões deixará penetrar muitos mulatos de talento até as mais altas corporações políticas do país. No Congresso Nacional, nos tribunais, na instrução superior, na carreira diplomática, nos corpos administrativos mais elevados, os mulatos ocupam hoje uma situação proeminente. Eles são uma grande influência sobre o governo do país. As uniões matrimoniais entre os mestiços e os brancos não são mais repelidas, como já foram no passado, a partir do momento em que a posição elevada do mulato e suas qualidades morais provadas fazem esquecer o contraste evidente de suas qualidades físicas, e que sua origem negra se esvai pela aproximação das suas qualidades morais e intelectuais dos brancos. O próprio mulato

Previsões são sempre traiçoeiras

esforça-se por meio dessas uniões em fazer voltar seus descendentes ao tipo puro do branco. Já se viu, depois de três gerações, os filhos de mestiços apresentarem todas as características físicas da raça branca, por mais que em alguns persistam ainda alguns traços da raça negra devido à influência do atavismo.

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós. Depois da abolição, o negro entregue a ele próprio começou por sair dos grandes centros civilizados, sem procurar melhorar no entanto sua posição social, fugindo do movimento e do progresso ao qual não poderia se adaptar. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga pelas regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização.

A população mista do Brasil deverá então ter, dentro de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro.

O Brasil, então, tornar-se-á um dos principais centros civilizados do mundo; este será o grande mercado da riqueza da América, explorando todas as indústrias, aproveitando todas as facilidades de transporte para o comércio exterior e intracontinental, transbordando uma população ativa, empreendedora, que preencherá as grandes cidades do litoral, e se difundirá em seguida pelas vastas planícies do interior e ao longo dos rios sinuosos da América do Sul.

No Brasil atual, a população total oferece um aspecto diferente, conforme se considera as capitais ou as regiões distantes do interior, onde a civilização ainda não penetrou. Sobre o litoral, nas cidades comerciais, as mais populosas do sul, o elemento branco estrangeiro é representado pelo português, o italiano e o espanhol que, depois de terem fixado residência, se misturam pouco a pouco entre eles, constituindo assim uma população mista, derivada da raça latina. Esta população se dedica ao comércio, explora as indústrias e representa uma massa considerável de trabalhadores cujos serviços são utilizados nas fábricas, na construção de linhas férreas, na edificação de imóveis, enfim em todas as melhorias materiais das cidades.

Nas regiões distantes do interior, os núcleos de população formados, que são quase exclusivamente constituídos de elementos estrangeiros, provieram da Itália ou da Alemanha. Estas são pequenas colônias, algumas italianas, outras alemãs, dedicadas aos trabalhos de agricultura e de indústria rural, vivendo todas em uma relativa prosperidade. Nestas colônias, o negro e o mestiço são rechaçados e considerados como maus elementos, nocivos à prosperidade das mesmas. Fora das colônias, nas regiões limítrofes, pouco povoadas ainda, encontra-se uma população instável, nômade, constituída por mestiços de brancos e índios, que se ocupa de certos trabalhos nos campos, derrubada das florestas, navegação dos rios; população semisselvagem, ignorante das indústrias do homem civilizado, e vivendo sem

Lilia Moritz Schwarcz

leis e sem obediência a qualquer autoridade. Este grupo é representado pelo 'gaúcho' no extremo sul do Brasil, o 'jagunço' na região central, e o 'caboclo' no extremo norte.³²

Estes tipos étnicos, perfeitamente adaptados às condições do meio onde vivem, muito resistentes aos rigores do clima, são instrumentos excepcionais de trabalho nos grandes empreendimentos de criação de animais e indústrias extrativas como aquelas da borracha e das essências vegetais, que constituem a riqueza do grande vale da Amazônia. À medida que a civilização penetrar progressivamente pelas estradas de ferro, pela navegação nos rios, com as máquinas agrícolas etc., estes tipos de raças particulares tenderão a desaparecer, porque eles são, por natureza, refratários a toda civilização, e menosprezam todas as suas vantagens e seus instrumentos.

³² O 'gaúcho' e o 'jagunço' não devem ser tomados como tipos étnicos sob o ponto de vista das características físicas das raças. Eles são tipos de produtos das condições especiais de vida dentro das quais se encontram.

O puro tipo indígena, completamente selvagem, que ocupa ainda hoje pequenas regiões dispersas no norte e no centro do Brasil, tende, ele também, a se modificar e desaparecer. Neste momento, começamos a incentivá-los a formar pequenos centros graças a uma catequese laica, inspirada e perfeitamente dirigida aos cuidados do governo federal. Nós não acreditamos que estes núcleos indígenas possam prosperar e influenciar o progresso futuro do Brasil; durante muito tempo eles viverão uma existência mirrada e terminarão por se dissolver, quando se colocarem em contato mais imediato com a civilização que penetra gradualmente nas regiões desconhecidas do Brasil. Nós já dissemos que o completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população total do Brasil; quando isso se realizar, os mestiços e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco; os indígenas terão submergido como aqueles da Austrália, consecutivamente à invasão dos anglo-saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com italianos e alemães, formarão uma população de aparência toda europeia, modificada pela ação do clima tropical: população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, que sabe se utilizar de todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência. No Brasil, a população encontrar-se-á então *vis-à-vis* aos povos latinos da Europa, nas mesmas condições que os Estados Unidos da América do Norte *vis-à-vis* aos povos anglo-saxões do Velho Continente.

Contudo, no momento atual, estamos no direito de perguntar se as ambições da conquista, o ardor belicoso e a heterogeneidade das raças que entram na formação dos povos reunidos sob a mesma bandeira não virão, após um século, desmentir as nossas profecias, e mudar todas estas visões esplêndidas sobre o futuro. A resposta a esta questão traz consigo uma breve apreciação sobre o problema da guerra, tal qual é considerado nas gerações contemporâneas, guiadas por mentalidades eminentes. A razão universal chegou, assim, à convicção de que a guerra entre as nações por motivo de conquista é uma expressão de barbárie que se encontra absolutamente incoerente com o grau de cultura atingido pelos povos modernos. A razão e os princípios da justiça e do direito tendem a substituir, nas diferentes nações internacionais, a força cega das armas.

Previsões são sempre traiçoeiras

O mais forte não poderá mais, doravante, subjugar o mais fraco, ainda que este último tenha a razão e a justiça a seu lado; a humanidade constituir-se-á em um tribunal e decidirá estas questões por meio da arbitragem, evitando a quantidade de sangue vertido e as consequências sempre desastrosas e funestas de uma luta entre nações. A criação do Tribunal de Haia para reger e decidir as questões internacionais é, desde já, um grande passo feito nesta via em que todas as nações do mundo civilizado tendem a se dirigir. A Constituição do Brasil, promulgada com a eclosão da República, determina a arbitragem como o único meio de resolver as questões internacionais que poderiam sublevar este país; e não é sem propósito lembrar que muitas diferenças desta natureza resolveram-se desta forma, no Brasil, durante o atual regime governamental. O Pan-Americanismo e o Monroísmo, doutrinas sustentadas pelas nações americanas, constituem, de outra parte, uma barreira contra toda pretensão conquistadora de nações europeias sobre os territórios do Novo Mundo. Se as riquezas das nações deste continente podem atizar a cobiça das nações do Velho Mundo, elas fornecem igualmente aos primeiros meios suficientes para criar e aparelhar as grandes esquadras, e manter exércitos que lhes permitem conter as veleidades conquistadoras de nações igualmente poderosas. O equilíbrio americano está estabelecido sob o interesse do respeito recíproco que guardam entre si as nações americanas, cada uma delas procurando manter os limites atuais de seu território sem invadir os outros; cada uma delas avançando para defender outra atacada pelo estrangeiro. Se estes princípios de direito internacional parecem hoje normalmente admitidos e praticados, não há razão para supor que eles possam ser violados no futuro, quando a civilização progredirá ainda mais, quando a justiça e a razão deverão reger com mais energia o espírito das nações, e o senso prático dos governos que as dirigem.

Infelizmente, é necessário reconhecer que em algumas repúblicas americanas retardatárias, o período do *'condottierismo'* não está ainda terminado. Estas pequenas repúblicas, povoadas por uma mistura de raças inferiores, sem civilização nem instrução, deixam-se sublevar por capitães astuciosos que se investem de funções de pastor de uma tropa de homens submissos cegamente à vontade do tirano.

Este período de ditaduras, cortado de rebeliões, de conspirações, de reações sangrentas, de carnificina, durará muito tempo até que a introdução do elemento civilizado se coloque para tirar o povo de seu embrutecimento. O protetorado exercido pelas nações fortes, e mesmo a anexação são, no momento, os únicos remédios para dar a tranquilidade, o repouso e a prosperidade a estas pequenas repúblicas tiranizadas. O futuro dirá se estes remédios devem ser efetivamente aplicados a um mal que parece inveterado, ou se não seria melhor deixar estas nações sofrerem as consequências deste mal até que, em consequência de uma evolução natural, estes povos retardatários e inquietos cheguem a reconquistar sua liberdade, destruindo a estirpe dos tiranos aos quais devem sua desgraça.

O caráter pacífico do povo brasileiro, a imensidão do território nacional, suas riquezas naturais tão glorificadas, seu sistema de governo estabelecido sob bases puramente democráticas são razões certas e bastante poderosas para que não haja temor de que o país se torne agressor de uma nação estrangeira. Contudo, sem ter os sentimentos agressivos ou belicosos, o Brasil sabe perfeitamente tratar de sua proteção contra os ataques de outros povos; isso porque, graças aos recursos inesgotáveis de que dispõe, ele aparelhou uma poderosa esquadra para guardar suas costas e defender seus portos; ele construiu estradas

Lilia Moritz Schwarcz

de ferro estratégicas e militarizou a nação, colocando-a em condições de poder proteger com vantagens seu território em caso de invasão. Suas questões limítrofes estão resolvidas, e as leis votadas ultimamente em favor da imigração, a fim de assegurar os direitos dos estrangeiros diante dos tribunais da nação, são as melhores garantias dos capitais estrangeiros empregados nos trabalhos de utilidade nacional. Pode-se portanto afirmar, sem medo de faltar à verdade, que o Brasil está pronto, nesse momento, para acolher em seu vasto seio o êxodo dos povos europeus.

Eles descobrirão, como fim à sua atividade, e para constituir a base da riqueza de suas famílias, as grandes culturas de café, de cana-de-açúcar, de cacau, a exploração de borracha, a cultura de frutas tropicais, da videira e do trigo, as indústrias de fabricações diversas, a cultura do bicho-da-seda, a exploração de minerais, a criação dos rebanhos de bois e cavalos, a indústria leiteira etc., fonte de riquezas as quais as leis do país prestam ainda mais seguros e assistência, pela concessão de terras e pela promessa de garantia em dinheiro.

Pax, labor et divitiae, tal é o emblema gravado no frontão do pórtico deste vasto território americano, nomeado Brasil, no qual há espaço suficiente para que todas as raças do mundo possam viver reunidas e prósperas.

Conclusões

Depois dos fatos e das considerações anteriores, eu acredito que se pode legitimamente tirar as seguintes conclusões:

1. A observação e a comparação dos fatos zoológicos, no tema da função de reprodução, conduzem a reconhecer que o homem branco e o homem negro formam duas raças e não duas espécies.
2. Os mestiços, produto da união sexual do branco e do negro, não constituem uma raça verdadeira, mas um tipo étnico variável, transitório, tendo tendência a retornar a uma das duas raças originais que o produziu.
3. A importação, em uma vasta escala, da raça negra ao Brasil, exerceu uma influência nefasta sobre o progresso deste país; ela retardou por muito tempo seu desenvolvimento material, e tornou difícil o emprego de suas imensas riquezas naturais. O caráter da população ressentiu-se dos defeitos e os vícios da raça inferior importada.
4. O mestiço é inferior ao negro em resistência corporal e força física, mas ele rivaliza frequentemente com o próprio branco em inteligência e aptidões técnicas e artísticas.
5. No Brasil, os mestiços ajudaram nas ações dos brancos para o progresso do país, e eles foram bem-sucedidos ao se elevarem às mais altas posições na administração e na política.
6. A imigração crescente dos povos de raça branca, a seleção sexual, o desaparecimento de preconceitos de raça cooperam para a extinção a curto prazo dos mestiços no Brasil.
7. Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América.
8. Um futuro brilhante está reservado ao Brasil, ele tornar-se-á a estação principal onde a raça latina virá se reanimar, rejuvenescer-se na América do Sul, como os Estados Unidos o foram na América do Norte para a raça saxã.

